

\$

Reunião de 18/6/2021
Deliberação n.º 53

A Câmara deliberou por maioria com os votos contra dos Vereadores do PS concordar com o documento apresentado, enviando-o para aprovação à Assembleia Municipal.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2020

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2020**

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 17 de junho de 2021

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 28 de junho de 2021

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de _____ de 2021
(S/ ofício nº _____, de ____ de _____ de 2021
Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2021,
pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 17 de junho de 2021

DELIBERAÇÃO Nº _____

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

INTRODUÇÃO

Vimos por este meio submeter para aprovação os documentos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 6º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro articulado com a alínea i) do número 1 do artigo 33º, do anexo 1, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, para posterior submissão ao órgão deliberativo de forma a poderem ser apreciados e votados em cumprimento da alínea l) do n.º 2 do art.º 25, do nº2 do artigo 27, do anexo 1, da Lei 75/13 de 12 de setembro, conjugado com o nº1 do artigo 76 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação.

No âmbito da prestação de contas, serão apresentados os mapas de execução orçamental, demonstração de resultados, balanço, anexos às demonstrações financeiras, o relatório de atividades e gestão, assim como o parecer do revisor oficial de contas.

O Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta nas suas diversas peças escritas e mapas, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos de 2020 (PPI) e do Orçamento do ano financeiro de 2020, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos atingidos.

O documento aqui apresentado tem por objetivo retratar de forma fidedigna todo o trabalho realizado ao longo do ano 2020, assim como a realidade financeira, patrimonial e orçamental do Município do Peso da Régua.

V
E.P
A
D.S.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia - Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

De acordo com o definido na Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- | | |
|--------------------------------|---|
| ▪ Planeamento e Obras Públicas | ▪ Urbanismo e Obras Particulares |
| ▪ Fundos Comunitários | ▪ Licenciamento e Fiscalização |
| ▪ Desenvolvimento Rural | ▪ Assuntos Jurídicos |
| ▪ Educação | ▪ Desporto e Juventude |
| ▪ Finanças Municipais | ▪ Coesão Social |
| ▪ Turismo | ▪ Recursos Humanos |
| ▪ Proteção Civil | ▪ Modernização Administrativa, Comunicação e Imagem |

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Ambiente e Qualidade de Vida
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia

Vereadora - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura

Vereador - Eduardo José de Sousa Cardoso

Vereador - Agostinho Gonçalves Alves Santa

Vereadora - Maria do Céu Ribeiro Ramos

Vereador - Bruno Miguel Botelho Gonçalves

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.P.", "JA", and "AS".

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PESO DA RÉGUA**Participações Societárias em 31 de dezembro de 2020****Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**

A Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, “Águas de Portugal S.G.P.S. S.A.” e a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”.

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,42%, no valor de 467.528,00€.

Águas do Interior - Norte, EM, SA.

A Águas do Interior - NORTE, EM, SA. foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior - NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior - NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior - NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos

da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

O Município do Peso da Régua detém 11,95% da AdIN

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2020

Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Coaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

Douro Alliance

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

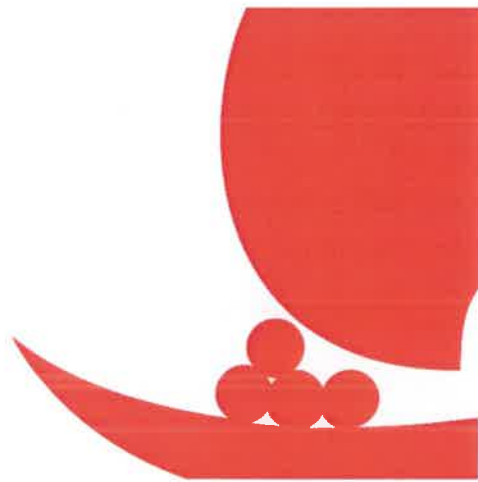
Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



DOPSU

Divisão de Obras Públicas
e Serviços Urbanos

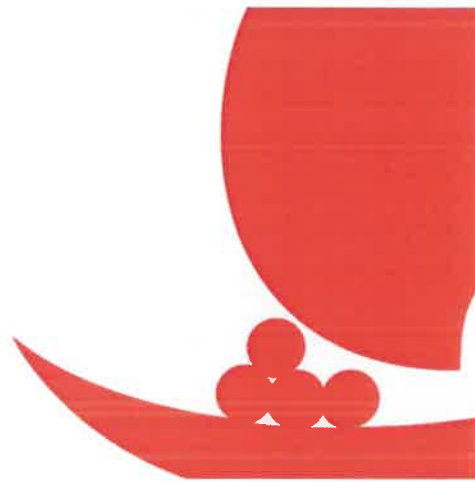
SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

EMPREITADAS COM FATURAÇÃO EM 2020	VALOR DE ADJUDICAÇÃO
Recinto de promoção e valorização de produtos endógenos do Douro Largo Padre José Pinto de Carvalho	343.107,89 €
Reconversão do Mercado Municipal - fase I _ Mercal Mercado local de produtores de Peso da Régua	194.480,00 €
Implementação dos modos suaves na Avenida Dr. Manuel de Arriaga	1.103.889,55 €
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago	109.753,53 €
Muro no Lugar do Cerro-Escávedas Vilarinho dos Freires	36.195,00 €
Muro em xisto na Rua do Fragão-Alvações do Tanha Vilarinho dos Freires	4.645,00 €
Execução de muro em betão ciclópico e pavimentação na EM 600 no Lugar de S. Pedro Moura Morta	8.055,00 €
Pavimentação na zona urbe da Cidade e Freguesias do Concelho	29.800,00 €
Reparação e impermeabilização de laje de terraço do mercado na rua Branca Martinho - Município do Peso da Régua	15.737,02 €
Execução de muros em betão ciclópico e pavimentação na estrada entre a Barragem de Bagaúste e Covelinhas	15.439,00 €
Muro em betão ciclópico no Lugar de Mera (junto ao marmorista) União de freguesias de Peso da Régua/Godim	5.370,00 €
Muro em xisto na Rua do Fragão-Trabalhos complementares Alvações do Tanha Vilarinho dos Freires	5.309,00 €
Pavimentação de troço de estrada EM 313 - Corgo	105.391,06 €
Construção de Capela e Casa Mortuária - Lugar das Travessas Vinhós	120.185,72 €
Reabilitação de coletores com método cipp com uv (trabalhos no coletor das Alagoas	25.600,00 €

Trabalhos de reparação nos postos de transformação PT - EB 2/3; PT Centro Escolar das Alagoas e PT Centro Escolar da Alameda	4.848,45 €
Reabilitação de edifícios do Bairro da Junta Autónoma de Estradas	379.702,24 €
Reabilitação da poça da Lameira e tubagem Sedielos	10.264,00 €
Trabalhos de limpeza e desobstrução de linha de água adjacente à urbanização de Santo António Peso da Régua	8.000,00 €
Reabilitação de edifícios do Bairro Diocese de Vila Real	793.766,72 €
Arrelvamento sintético do Campo Clube de Caça e Pesca Alto Douro	63.267,92 €
Chegada subterrânea em Baixa Tensão- Albergue	2.972,00 €
Pavimentação da rua de Vila Franca	8.099,97 €
Reabilitação da Escola das Forças para Centro de Atividades Ocupacionais - ARDAD	68.093,50 €
Beneficiação de troço de rede via florestal e encaminhamento de linha de água-Ferraria Sedielos	15.490,00 €

↓
E-P
A
P.S.

[Handwritten signatures and notes in blue ink, oriented vertically on the right side of the page.]



DPDEGT

Divisão de Planeamento,
Desenvolvimento Económico
e Gestão do Território

INTRODUÇÃO

A atividade desta unidade orgânica municipal durante o ano de 2020 foi condicionada, à semelhança da maior parte dos serviços municipais, pela situação de pandemia resultante da COVID-19, e pelos constrangimentos funcionais decorrentes do imperativo de confinamento a que de uma forma geral fomos obrigados, e pelas alternativas funcionais encontradas para minimizar o impacto e manter os serviços a funcionar tão normal quanto possível, tendo-se instituído o regime de teletrabalho servido para esse desiderato.

Logo na primeira fase de confinamento, na transição entre o primeiro e segundo trimestre do ano, foram implementadas uma série de medidas agrupadas sobre a forma de “Plano de Contingência dos Serviços Municipais - Urbanismo”, cujo objetivo foi elencar um conjunto de procedimentos de forma a salvaguardar a saúde pública de munícipes e funcionários, num pressuposto de manutenção tanto quanto possível, da normalidade processual e restantes competências atribuídas a esta divisão.

Dessas medidas resultou uma tramitação que privilegiou a desmaterialização e digitalização, as reuniões e atendimento por via digitais e a suspensão parcial ou total de prazos, tendo sido apenas não assegurado, alguns serviços que passavam exclusivamente pelo contacto físico de pessoas ou bens, sem que isso tivesse causado entropias ou impedimentos ao decorrer processual e sua conclusão.

No entanto, não obstante a situação pandémica e suas consequências não terem impedido a resposta do município no âmbito destes serviços às solicitações de interessados (conforme se poderá verificar à frente da análise dos respetivos indicadores), houve uma necessidade de concentrar os recursos humanos e técnicos nessa resposta, descurando assim ações de fundo programadas no que respeita a uma reorganização estrutural dos serviços ao nível da tramitação exclusiva por via digital e na colmatação de técnicos para áreas carentes no domínio do planeamento e SIG.

Para além da gestão dos processos de operações urbanísticas, compete a esta divisão as áreas relacionadas com o planeamento urbano e estratégico e a elaboração de estudos e projetos que respondem à estratégia de desenvolvimento definida. Nesse contexto, houve uma justificada diminuição de novas operações em detrimento da preocupação da manutenção das ações em cursos lançadas anteriormente.

Assim, na área de planeamento foram dados passos significativos no desenvolvimento do Plano de Pormenor para a Zona de Vocação Turística da Milnorte, ao abrigo do consagrado no Contrato de Planeamento celebrado para esse efeito, tendo o município acompanhado o promotor em reuniões de concertação com as diversas entidades da administração central com tutela e jurisdição nesse território, de que se destaca as infraestruturas de Portugal I.P.

Ainda na área de planeamento destaca-se o início e desenvolvimento dos procedimentos prévios, com vista à Revisão do Plano Diretor Municipal de Peso da Régua - em consequência do imperativo legal que resulta da alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em consequência das novas regras de qualificação e classificação dos solos. Em paralelo, desenvolveu-

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the acronym "E.P." and several illegible signatures.

se a possibilidade de em antecipação a essa operação, promover uma Alteração Material ao PDM, por forma a retificar uma regra que têm causado uma discrepância de interpretação formal no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em espaço urbano.

Ao Gabinete de Estudos e Planeamento - subtraído de recursos humanos e estando quase em exclusivo concentrado num técnico superior - coube durante o ano transato concentrar a sua atividade no apoio a outras unidades orgânicas e na resposta às solicitações quotidianas nas Áreas de Reabilitação Urbana, Estratégia Local de Habitação e Alojamento Local.

O tratamento dos registos dos pedidos de Alojamento Local e das respetivas vistorias ao local, a tramitação decorre centralizada no GEP, em articulação com a Divisão de Desenvolvimento Social a quem compete as atribuições na área do turismo. A comissão, constituída por três técnicos das duas divisões acrescida de um representante da Divisão das Obras Públicas e Serviços Urbanos, efetuou 13 vistorias e deu apoio a 12 registos, em resposta plena ao total das solicitações nesta área, cujo diminuição se notou significativamente em relação ao período anterior.

Durante o ano anterior o Gabinete de Sistema de Identificação Geográfica foi provido na quase totalidade do período, por um técnico na área de Geografia, em exercício no âmbito de um estágio PEPAL. Nesse âmbito foram assegurados alguns serviços mínimos.

ATIVIDADE

A situação pandemia teve como consequência uma ligeira diminuição da tramitação processual em relação ao ano de 2019 para números que remetem para o ano de 2018 e anteriores, quebrando assim uma expectativa de subida prevista no período em análise resultante de um expectável aumento dos pedidos de operações urbanísticas e afins, resultante da inibição ou suspensão temporária da iniciativa por parte dos próprios promotores.

Apesar dessa redução, da análise à relação pedido-resposta constata-se que a decisão ou informação processual não diminuiu por parte destes serviços. Apesar dos procedimentos funcionais e de tramitação terem sido reajustados e os técnicos superiores e restantes serviços se encontrarem em períodos de “espelho” no regime de teletrabalho ou por marcação prévia, a resposta dos serviços foi sempre garantida.

O quadro seguinte, sintetiza por todas as tipologias de procedimento e a respetiva movimentação processual global num comparativo com os demais períodos desde 2014. Da análise resulta de forma imediata o regresso dos indicadores de resultado ao nível de 2017 / 2018, contrariando a tendência de subida, mas não concentrando nos serviços municipais a razão para esse decréscimo.



Movimentação Processual	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Processos de Obras	96	119	76	97	121	68	58
Utilização / Alteração de Utilização	45	45	47	31	27	41	51
Processo de Loteamento	0	0	1	0	0	0	0
Destaque (certificação)	7	5	1	5	2	3	2
Informação Prévia	6	6	7	11	7	12	3
Propriedade Horizontal (Certificação)	6	5	8	4	4	4	7
Ocupação da Via Pública	21	19	23	15	18	16	13
Publicidade	1	9	7	6	13	8	7
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	288	340	279	271	246	180	226
Disposições controlo de funcionamento	4	4	1	5	15	35	64
Ficha Técnica de Habitação	37	25	18	34	10	16	24
TOTAL	511	577	468	479	463	383	455

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

À Secção Administrativa cabe a gestão e centralização das funções e ações administrativas reportadas ao Setor de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, respeitando os regimes jurídicos gerais e demais legislações aplicáveis, os respetivos regulamentos municipais, numa tramitação processual vinculada estritamente ao Código do Procedimento Administrativo.

No ano transato constata-se de forma evidente a diminuição da emissão dos alvarás de construção, atribuindo-se em grande parte, a uma inibição dos promotores para a realização de obra em período pandémico. Durante o ano de 2020 foram instruídos menos 66 processos que no período homólogo, ainda assim em linha com os anos anteriores.

Verifica-se uma manutenção da ausência de emissão de títulos dos alvarás de loteamento que representam uma inexistência de iniciativa privada ao nível desta tipologia de operação urbanística, ao longo dos últimos anos.

Títulos	2020	2019	2018
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	43	59	58
Alvarás de Utilização	37	50	34
Alvarás de Loteamento	0	0	0
Aditamentos	7	10	8
Certidões	147	118	174

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Ao Setor de Gestão Urbanística, composto por dois técnicos superiores, compete a análise processual que culmina na emissão de informações técnicas de suporte a despachos e deliberações municipais no âmbito das diversas operações urbanísticas e assuntos relacionados.

Constata-se uma diminuição dos processos / requerimentos informados, mas ainda assim em valores tidos como ordinários à semelhança da média dos últimos anos. Essa diminuição verificou-se em quase todos os restantes parâmetros, mas sem que isso tenha correspondido a uma diminuição da resposta a munícipes e outros interessados.

Aos mesmos técnicos está atribuída a função de esclarecimento técnico e processual, estando reservado um dia semanal para o atendimento presencial nesse âmbito. Este pressuposto foi mantido em período de contingência tendo sido reconvertido o atendimento presencial em atendimento telefónico ou por via digital.

Compete também a este sector e aos seus técnicos, a participação em comissões de fiscalização e vistoria, e a pronúncia destes mesmos serviços em pareceres prévios de enquadramento em ARU's exigidos pelo IFFRU no âmbito das iniciativas de reabilitação urbana.

Obras Particulares		2020	2019	2018
Processos		511	577	468
Requerimentos		1115	1321	1055
Informados		2655	3045	2522
Deferidos	por despacho	450	481	362
	por deliberação	54	62	63
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	893	1058	960
	Técnicos	1258	1432	1137
Pareceres Externos		130	170	116
Ofícios / Notificações		838	899	871

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

No início do último trimestre do ano passado, o Setor de Fiscalização foi reforçado com um fiscal, resultante do regresso de um dos seus habituais quadros tendo suspenso o período de mobilidade deferido. Esta regularização de recursos humanos, permitiu a redistribuição das áreas territoriais, dividindo-se em: Zona Nascente - Zona Central (Urbana) - Zona Poente.

As ações de fiscalização durante o ano anterior foram mais reduzidas, pelos motivos gerais expostos anteriormente.



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. The initials 'E.P.' are visible near the top, followed by several other illegible signatures.

Os elementos que atualmente compõem este setor, para além das competências da fiscalização e prevenção da legalidade e conformidade das operações urbanísticas, colaboram habitualmente nas ações de fiscalização das feiras e mercados da competência da DOPSU. Verificou-se igualmente aqui uma diminuição substancial destas tarefas em consequência da suspensão, em grande parte do ano, das feiras e mercados.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

O Setor de SIG funcionou, em grande parte do ano, suportado em exclusivo num técnico-estagiário. Não obstante assegurar algumas das ações que competem a esta subestrutura, esta é ainda uma carência de fundo desta divisão, uma vez ser uma competência fundamental no apoio ao Planeamento e Gestão Urbanística.

Esta lacuna tem sido compensada pela colaboração de outros técnicos dos outros sectores e gabinetes - Secção de Gestão Urbanística, Gabinete de Estudos e Planeamento e Gabinete Florestal.

Assim, a atividade do gabinete de SIG centrou-se essencialmente na área de identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, na recolha e tratamento de informação de apoio à gestão de todas as infraestruturas e na identificação das diversas operações urbanísticas.

Resumem-se as seguintes atividades

- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a consequente organização e arquivo;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Resposta a requerimentos diversos relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas;
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização, com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e impressão de plantas de localização.

Este setor colaborou ainda com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, nas seguintes tarefas principais:

- Georreferenciação da localização dos novos ecopontos - DOPSU / ADIN;
- Georreferenciação dos circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade - DOPSU;
- ERSAR - atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

Tendo o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) estado a ser assegurado por apenas dois técnicos - Arquiteto Paisagista e Desenhador - a sua atividade durante o ano de 2020 remeteu-se em quase

exclusivo ao desenvolvimento de estudos, ao desenvolvimento parcial e apoio a projetos, e apoio ao planeamento.

Também no âmbito deste gabinete, centralizou-se também a análise técnica, emissão de parecer e integração de técnico na comissão de vistorias, nos pedidos de Alojamento Local que carecem de parecer municipal à sua inscrição junto do Turismo de Portugal.

Resumo dos trabalhos desenvolvidos, incluindo o apoio a outras unidades orgânicas:

Estudos

- Receção CMPT - Balcão - Régua / Cidade dos Vinhos
- Ecopista Ribeirinha - Moledo/Barragem

Projetos

- Mercado Municipal
- Alargamento Estrada adjacente ao Largo de Godim
- Revitalização do Balneário Termal para fins Terapêuticos das Caldas do Moledo
- Largo de Godim - Projeto e acompanhamento
- Cemitérios - levantamento e caracterização
- Bairros Socias - caracterização
- PARU | alteração
- Publicidade e ocupação de via pública | levantamento e elaboração de documentos de trabalho
- IMI - Classificação de Prédios Devolutos | atendimento

Apoio a outras unidades orgânicas

- Resíduos Sólidos Urbanos/Águas/Saneamento | apoio SiG - DOPUS
- Milnorte - apoio | DPDEGT
- Diversos Projetos - execução e fornecimento de elementos | APA
- Eletrificação da Linha do Douro - fornecimento de elementos | Infraestruturas de Portugal
- Apoio SIG / Fornecimento de elementos - ADIN
- Projeto Canteiros Santa Rita | secção de espaços verdes - DOPUS

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A este gabinete, constituído por uma técnica superior, estão atribuídas as tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo a que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz, trabalhando em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, divididos pelos seguintes níveis: Planeamento, Operacional e Administrativo.

Tendo sido o ano de 2020 o início de um período de contenção social, uma parte do trabalho que habitualmente vem sendo feito todos os anos, como por exemplo a realização de atividades

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page. The top signature is a large, stylized 'J' with 'E.P.' below it. Below it are several other signatures, including one that looks like 'S.P.' and another that looks like 'A.P.'.

relacionadas com a Comemoração do Dia Mundial da Árvore, ou do dia da Proteção Civil, ou de todo o trabalho referente às Vespas das Galhas do Castanheiro, entre outros, foi suspenso.

Parte do trabalho foi ainda garantida a sua realização em teletrabalho, tendo sido desta forma dada resposta a todos os municípios e a todas as solicitações.

Planeamento

- Plano Operacional Municipal (POM), aprovado como habitualmente durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações.

Operacional

- Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvo pastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios; estão marcadas faixas nas freguesias de Sedielos e Vinhós;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais.

Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os municípios na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 06 de abril foram efetuados e registados 7380 pedidos na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- -Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada no montante de 13.937€).

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FIO', 'A', and 'S']



DDSE

Divisão de Desenvolvimento
Social e Equipamentos

EDUCAÇÃO

A Escola é, legitimamente, reconhecida por todos como uma organização que vive na, para, e da sociedade. As mudanças no clima e na cultura organizacional escolar, a partir de 16 de março de 2020, foram inevitáveis e as suas consequências irrefutáveis a vários níveis e a diferentes dimensões. A situação pandémica que vivemos ficará na História e será recordada pelas gerações vindouras. As mudanças associadas à Covid-19 assolaram o mundo em geral e as escolas em particular, nomeadamente nas repercussões no sistema educativo, na vida quotidiana das escolas e dos seus diferentes atores.

A passagem do ensino presencial para o ensino à distância constituiu o grande desafio a que só foi possível responder com a dedicação das escolas, das associações de pais e com o apoio das autarquias locais.

Não obstante a excecionalidade pandémica, é de relevar a continuidade de muitos projetos educativos, nomeadamente no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e dos Planos Integrados e Inovadores do Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), dada a consciência do impacto desta situação no agravamento das desigualdades sociais no acesso e no sucesso escolares. O PIICIE constitui um exemplo evidente do maior envolvimento municipal e intermunicipal na educação.

O trabalho desenvolvido pela autarquia, colaborativamente, com o agrupamento de escolas permitiu ceder recursos tecnológicos (137 computadores e 89 bandas largas, sob a forma de declarações de empréstimo aos encarregados de educação, aquando do primeiro confinamento (2020), a melhoria das condições de acesso à internet, o reforço da ação social escolar, a manutenção de muitas das atividades programadas, a reformulação dos planos de transporte escolar e o reforço do pessoal não docente. De salientar a atribuição de 44 bolsas de estudo a jovens reguenses que se encontram a frequentar o ensino superior, no valor de 750€/cada, perfazendo um total de 33 mil euros.

Neste contexto atípico, a equipa multidisciplinar do PIICIE da autarquia, foi igualmente fundamental na colaboração, partilha, capacitação e articulação com todos os agentes educativos. Os técnicos, além de assegurarem os acompanhamentos especializados, foram parte integrante da estratégia dos Serviços de Educação. Conhecedores da realidade educativa, foram o elo entre a casa, a escola e a comunidade, permitindo o levantamento de necessidades e a monitorização de situações de fragilidade social e económica, de forma a ser possível acionar as respostas adequadas. Além das tarefas anteriormente atribuídas, passaram a dar um apoio individualizado às famílias em situação de maior vulnerabilidade devido à propagação da doença.

As diversas intervenções da equipa multidisciplinar em articulação com o Agrupamento de Escolas, foi um grande auxílio na dinamização das plataformas e do ensino à distância. Para além disso, o acompanhamento dos alunos continuou a ser realizado através da monitorização e do envio de tarefas criadas pelos professores para os alunos.



As maiores dificuldades sentidas foram e são a nível informático: inexistência de equipamento por parte de algumas famílias, pouca rede, ausência de internet e dificuldade no uso de novas tecnologias por parte de alguns pais/encarregados de educação que apoiavam alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Acreditamos que, na maior parte das famílias, esta fase fortaleceu a solidariedade, o respeito e a empatia e despertou a responsabilidade individual para uma parentalidade mais consciente.

O projeto de promoção do sucesso escolar da autarquia, que conta com uma equipa bastante dinâmica, através da intervenção precoce em casos de dificuldades de aprendizagem, comportamentos de risco em contexto escolar, social e familiar, absentismo e abandono escolar, valeu-se da sua genética, e adequou o seu *modus operandi*: inseriu-se nas plataformas digitais das escolas, redefiniu as atividades e socorreu-se das ferramentas de videoconferência para a realização de reuniões e webinars. Desta forma, foi possível dar continuidade à intervenção com as crianças sinalizadas e acompanhadas pelo projeto, bem como aos casos surgidos na nova realidade, mas também apoiar professores e educadores, numa relação cada vez mais estreita e profícua.

Destaca-se o surgimento de um projeto *Juntos em Casa* no Facebook que arrancou a 16 de março e, durante 103 dias consecutivos, foi um espaço de partilha e de aprendizagem (<https://www.facebook.com/juntosemcasa>). Neste período foram realizadas 1053 publicações que privilegiaram rubricas que permitiram o cumprimento das medidas definidas na candidatura PIICIE, tendo sempre por objetivo a promoção do sucesso educativo dos alunos refletindo o trabalho e a dedicação diária de uma vasta equipa e inúmeras parcerias.

A autarquia atribuiu vales em compras no comércio tradicional, no valor da refeição escolar para todos os alunos, desde o pré-escolar até ao 12.º ano com escalões A e B, correspondente a todo o período sem aulas presenciais (1º confinamento), num valor total de 61.406,87€, bem como a distribuição do leite escolar, aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico das freguesias rurais, como reforço para uma alimentação saudável e equilibrada.

A adaptação à situação pandémica é uma prova clara de que sinergias criadas entre a autarquia e o agrupamento de escolas, envolvendo as crianças e respetivas famílias, promovem a inclusão e fomentam o sucesso educativo, reforçando a ideia que a descentralização pode contribuir de uma forma importante para gerar um clima de cooperação e de participação.

Neste contexto muito particular, a nota mais saliente diz respeito ao estreitamento da ligação entre a autarquia e as comunidades educativas (públicas e privadas do concelho). Trata-se de uma dinâmica com resultados palpáveis e que interessará potenciar no futuro. Teremos de ser mais seletivos e focados nas iniciativas a empreender, reconhecendo a ação que é mais eficaz na promoção do sucesso escolar e da equidade no acesso aos benefícios da educação e a que mais propicia o desenvolvimento de novas áreas de cooperação entre as escolas e o município.

↓
E.P
↓
↓
↓
↓
↓

ASSOCIATIVISMO

No ano de 2020, integraram a nossa base de dados um total de 56 associações, nas suas diferentes vertentes e distribuídas por todas as freguesias.

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo em vigor neste Município desde 2007, as Associações podem solicitar quatro tipos de apoio, o monetário, o transporte, a cedência de instalações/equipamentos e o apoio logístico.

Além dos apoios previstos, devido à atual situação pandémica e ao facto de estas entidades não possuírem autonomia financeira para suportar os custos extraordinários a que o combate ao novo Coronavírus obriga, o Município decidiu atribuir à Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho, um subsídio extraordinário por forma a garantir que estas assegurassem as condições necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Posto isto, no total, com atribuições monetárias de subsídios, bem como cedência de instalações/equipamentos, cedência de transporte e o apoio extraordinário às IPSS, o Município atribuiu o valor de 1.352.918,11€, menos de 268.869,36€ que no ano de 2019. Este decréscimo está diretamente ligado à não execução de diversas atividades que fazem parte do plano de atividades anuais destas associações, e que todos os anos solicitavam apoio monetário e apoio logístico para a concretização das mesmas.

Quanto aos valores transferidos às associações no ano de 2020, estes traduzem-se no valor total de 854.923,61€, onde se encontram incluídos os apoios às IPSS'S e aos Bombeiros Voluntários.

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 68.085,50€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 37.450,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 16.285,50€ e ao Campo Dr. Rui Machado 14.350,00€. Aqui, e comparativamente ao ano transato, verificamos um decréscimo de quase 60% e que está diretamente ligado à pandemia, que conduziu à impossibilidade de práticas desportivas.

Comparativamente ao ano de 2019, também os apoios relativos aos transportes sofreram um grande decréscimo em 2020, foram contabilizados 188 pedidos de transporte aos quais demos resposta, traduzindo-se num custo total para o Município de 42.182,00€.

Desde 2014 que apoiamos as associações com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2020 este apoio mantém-se em 292.400,00€, distribuídos por 31 associações.

Por último, e quanto ao subsídio extraordinário de apoio COVID atribuído às IPSS'S este perfez o valor total de 95.327,00€.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the letters "EIO" and several illegible signatures.

CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA - DESPACHO N.º 6615/2020

O Governo Constitucional aprovou, uma vez mais, em 2020, um apoio financeiro de 500.000,00€ proveniente da dotação de receitas gerais do orçamento de funcionamento da DGAV- Direção Geral de Alimentação e Veterinária, para promoção de uma campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia.

O referido apoio dizia respeito ao apoio financeiro por parte da DGAV, que revestia natureza não reembolsável e era atribuído por cão ou gato de companhia esterilizado, em instalações adequadas ao procedimento, sendo que este apoio consistiu na atribuição de quantias fixas, por cada esterilização, conforme o n.º 2, do artigo 4.º do despacho n.º 2301/2019, sendo o limite do apoio financeiro atribuído a cada Município de 15.000,00€.

O apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como a DGAV, o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal.

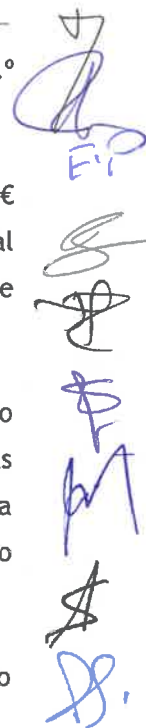
Em suma, no ano de 2020 e ao abrigo desta campanha, foram esterilizados no total 427 animais o que se traduz no valor total de 29.870,00€. Uma vez os pedidos de pagamento rececionados pela DGAV terem ultrapassado o limite de 500.000,00€ previstos no despacho de abertura da campanha de apoio, foram os pedidos objeto de rateio, tendo o município assegurado o pagamento junto das clínicas veterinárias no valor de 17.249,52€.

LOJA INTERATIVA DE TURISMO

O setor turístico foi um dos mais afetados pela pandemia provocada pela Covid-19, aparentando, pelo movimento na Loja Interativa de Turismo (LIT), mais por conta das restrições de circulação e dos confinamentos decretados governamentalmente, do que pelo receio de contágio pelo vírus SarsCov2. A ausência dos grandes eventos no concelho, sejam os desportivos ou os culturais, que sempre se constituíram por fator de procura turística, não revelou um grande impacto na procura de informação na LIT, ao contrário do que seria de supor.

Importa, também, salientar, para a análise dos dados apresentados, que a LIT encerrou cerca de dois meses, no período de março a maio, aquando do primeiro confinamento o que impediu as deslocações de caráter turístico, realização de eventos e determinou o fecho dos equipamentos culturais.

Relativamente aos atendimentos na LIT, comparativamente aos do ano homólogo, apenas se verificou uma redução de 3% em 2020, ou seja, foram atendidas 10.280 pessoas na LIT em 2020 face a 10.607 de 2019, sendo o mês de agosto o de maior afluência de turistas na LIT.



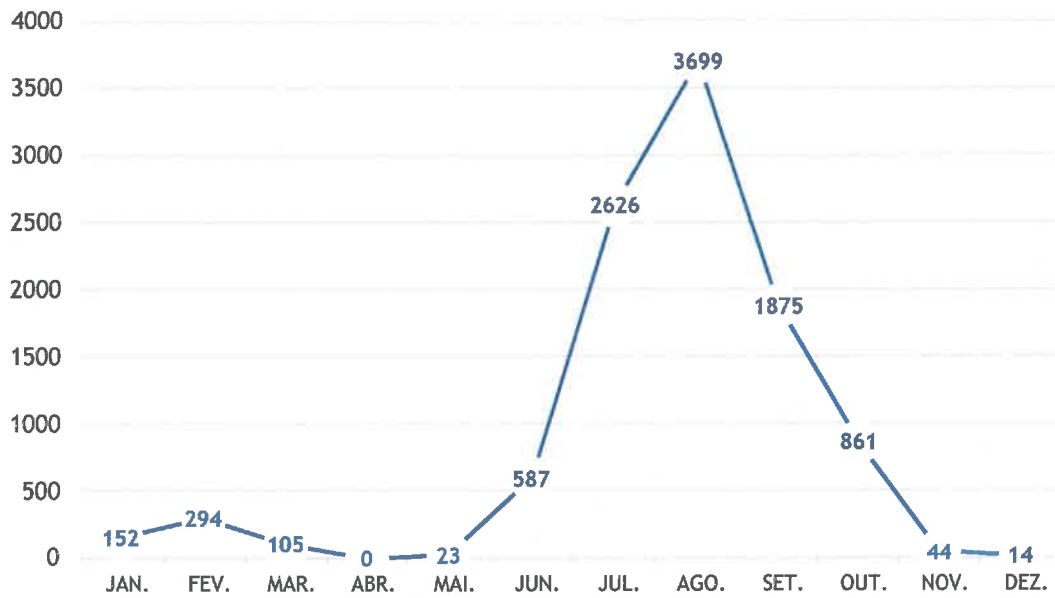


Gráfico 1 - Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

Na análise pela origem dos visitantes e considerando as 10 nacionalidades que têm maior peso no total da procura e somando numa única ponderação as “Outras Nacionalidades”, percebemos claramente que a procura na LIT foi claramente sustentada pela procura nacional que, se em 2019 era de 26%, em 2020 foi de 87%. Todas as outras nacionalidades tiveram uma procura pouco expressiva, deduzindo-se a causa nas restrições de circulação a nível mundial, mas destacamos o aumento da procura chinesa e italiana em 2020.

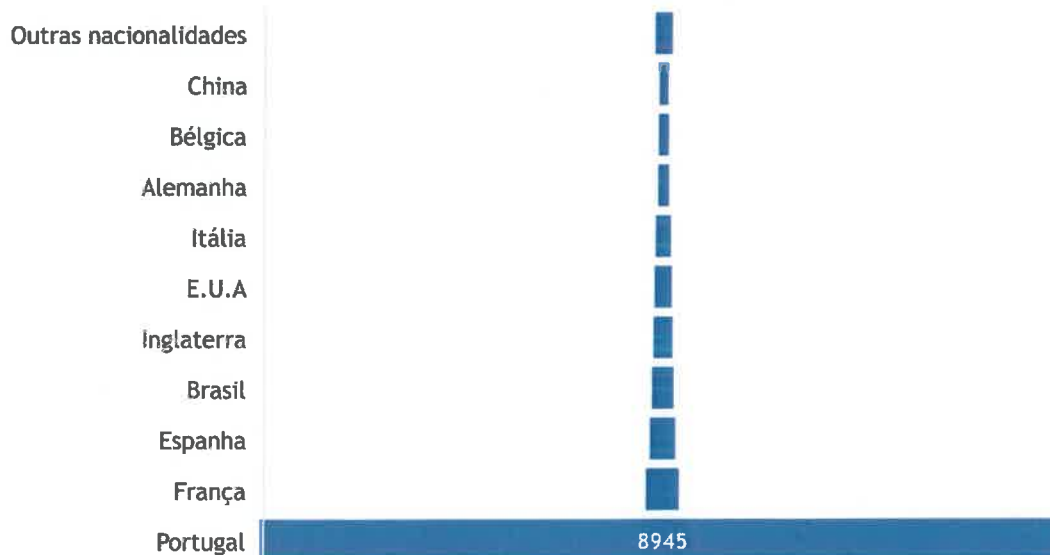


Gráfico 2 - Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

Talvez influenciada pelo aumento da procura portuguesa na LIT, a maior motivação dos turistas prendeu-se com a realização da Rota da N2, seguida por questões de carácter geral sobre o concelho

e sobre a região no sentido de o turista aprender e conhecer mais um pouco sobre o nosso território. Note-se o decréscimo na procura por informações e carimbo dos Caminhos de Santiago, que pode ter a razão nos constrangimentos de circulação que neste caso específico é feito a pé provocando uma maior interação humana e, conseqüentemente, maior risco de contágio pela Covid 19.

↓
 G
 EP
 S
 S
 S
 S
 S
 S

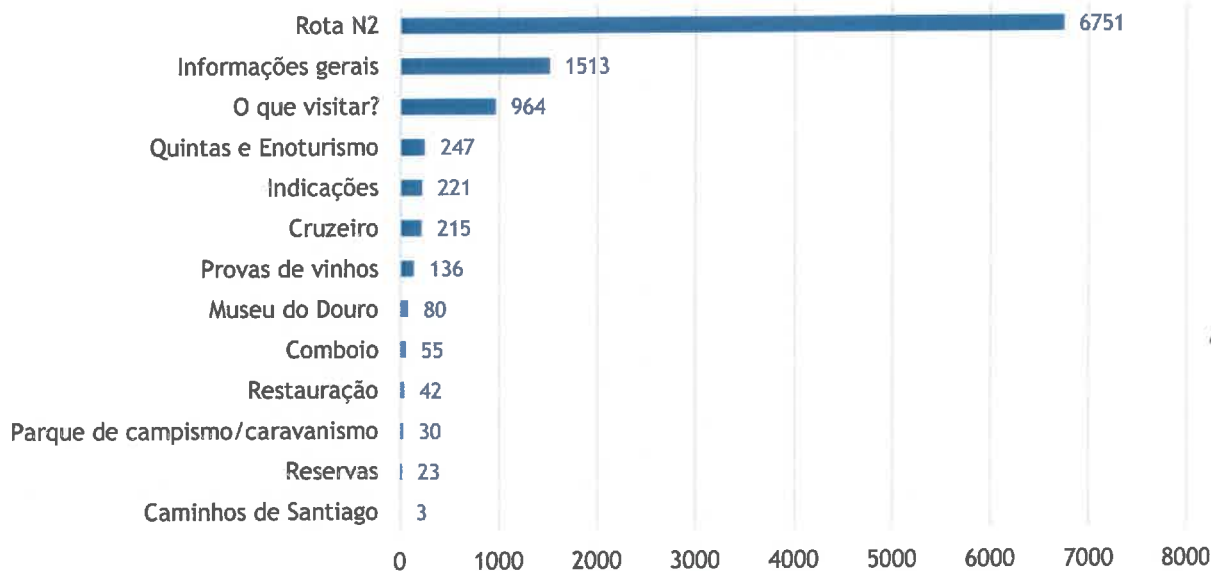


Gráfico 3 - Procura da LIT por motivação - Nº de atendimentos

No registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificou-se um grande equilíbrio por parte dos dois géneros considerados e, tanto num género como noutra a faixa dos 41 aos 50 anos de idade é a que tem maior relevância.

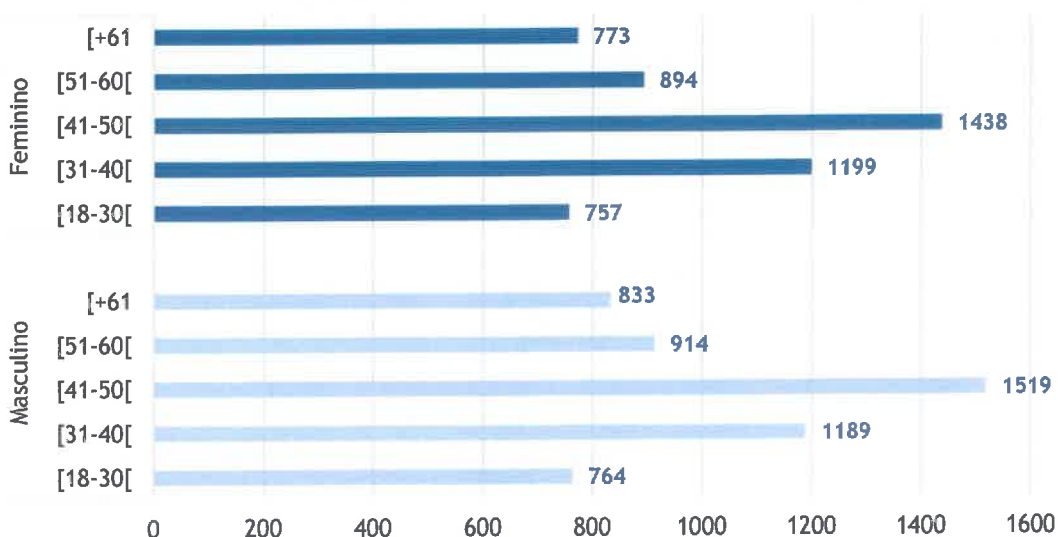


Gráfico 4 - Procura da LIT - Nº de atendimentos por género e faixa etária

AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

A pandemia Covid-19 obrigou ao cancelamento do trabalho previsto para 2020.

Em janeiro e fevereiro, foram programadas 16 sessões de cinema e 7 espetáculos de palco para o público em geral, aos quais assistiram cerca de 1000 espectadores.

Em setembro e outubro, foram programadas 18 sessões de cinema, às quais assistiram cerca de 600 pessoas. Os restantes meses foram de paragem forçada. A indústria cinematográfica deixou de cumprir com as estreias previstas e tudo foi, gradualmente, adiado, sem nova data.

Aos números de janeiro, fevereiro, setembro e outubro, associados a sessões de cinema e espetáculos de palco, juntamos cerca de 1200 pessoas que marcaram presença em cerimónias oficiais, conferências e sessões de informação. Cerca de 200 pessoas visitaram as três exposições que estiveram patentes na Galeria de Artes, em 2020.

O trabalho em rede com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia permitiu-nos receber a final do Concurso de Leitura. A restante programação prevista com este Agrupamento e com a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo - peças de teatro e sessões de cinema, também foi cancelada.

A pandemia exigiu a capacidade de adequação de respostas às exigências impostas e em resultado disso, o Auditório Municipal prestou apoio à Assembleia Municipal do Peso da Régua, uma vez que as sessões foram transferidas, por questões de segurança, para este espaço. Da mesma forma, o Tribunal Judicial do Peso da Régua, em virtude de obras de requalificação do espaço de origem, funcionou durante 6 meses no Auditório Municipal.

As medidas de combate à Covid-19 atingiram o sector da cultura mais duramente do que o esperado, dificultando o trabalho de todos os agentes envolvidos. O Auditório Municipal do Peso da Régua não foi exceção.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

O ano de 2020 fica, invariavelmente, ligado à pandemia da COVID-19, que assolou o mundo inteiro. A Biblioteca Municipal do Peso da Régua foi também disso exemplo, sofrendo uma quebra brutal no seu normal funcionamento, nos serviços educativos e culturais prestados à comunidade, e na sua agenda de atividades regulares que anualmente realiza, em rede, com diversas instituições concelhias, intermunicipais e nacionais.

Ao nível do funcionamento, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua teve uma redução de 72,7 % ao nível de pedidos de empréstimo domiciliário, em comparação com o ano de 2019, registando 297 pedidos de empréstimo, o que correspondem 575 livros/volumes emprestados (em 2019 a relação foi de 1.087/2.105).

O número de visitas teve um saldo negativo de 82 %, com um registo de 3.157, menos 14.380 visitas em relação a 2019. A taxa de ocupação de lugares sentados, em resultado do confinamento e das regras sanitárias adotadas na reabertura da Biblioteca Municipal, passou de 31,7 % em 2019 para 3,2 % em 2020, uma quebra de 89 %. Em conformidade com os números apresentados, o acesso aos equipamentos informáticos teve uma quebra de 69,5 %, contabilizando 501 sessões.

O único item com saldo positivo no ano de 2020 diz respeito ao número de sócios registados na base de dados da Biblioteca Municipal, 2.503, com um crescimento de 0,9 %.

O fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal totaliza 24.197 registos, dos quais 74,6 % se encontram disponíveis online.

Relativamente aos serviços educativos e culturais prestados à comunidade pela Biblioteca Municipal em 2020, resumem-se a duas iniciativas: na colaboração com o projeto Juntos em Casa - Município do Peso da Régua, com a produção/partilha de 65 conteúdos para a rubrica Hora do Conto, e a realização de 2 sessões online do Clube de Leitura Café com Livros.

Quanto aos projetos em rede, ainda foi possível realizar a fase escolar do Concurso Nacional de Leitura 2020 e o projeto 3 Minutos Sem Corona, em parceria com as BE/CRE's do Agrupamento de Escolas | João de Araújo Correia.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

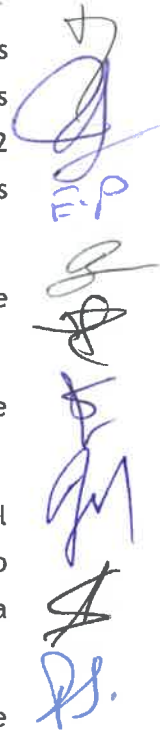
Contribuir para o acesso a bens e serviços, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos são pressupostos da intervenção social do Município.

Assim e à semelhança de anos transatos, o Município do Peso da Régua centra a sua intervenção em iniciativas, programas e projetos de ação social. Para o efeito, tem implementado um conjunto de políticas sociais com o objetivo de estar mais próximo das suas “gentes”, minimizando os fatores de risco a que estão expostas.

O Gabinete de Ação Social e Habitação continua a efetuar a sua intervenção de forma presencial e não presencial, através de atendimentos telefónicos, visitas, atendimentos, encaminhamentos, articulação institucional da intervenção a realizar, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2020 nos seguintes números: atendimentos |650; visitas domiciliárias |420; reuniões de trabalho/parceria |88; encaminhamentos - cerca de 135 para instituições parceiras.

É de referir que em 2020, o número médio de atendimentos por mês foi de 54, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente.

No que respeita à atividade afeta à entrega dos cabazes de natal a famílias carenciadas, este ano, e de forma excepcional, não foram efetuadas as respetivas inscrições à semelhança de anos transatos, facto justificado pelos constrangimentos que advieram da Covid 19. Procedeu-se à junção da lista do ano anterior uma nova lista de agregados familiares sinalizados no âmbito da pandemia que, por motivos extrínsecos, viram a sua situação socioeconómica fragilizada, efetuadas cerca de 500 visitas



neste âmbito. À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 35 visitas/mês. No seguimento, realizaram-se em média cerca de 7 reuniões/mês com os parceiros, contributo fundamental para a minimização ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.

Por sua vez, através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal continua a contribuir para uma melhoria das condições de vida de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, através da atribuição, totalmente gratuita, de bens, tais como têxteis, loiças, vestuário e calçado, mobiliário, eletrodomésticos, material didático e brinquedos, entre outros. É de salientar que esta resposta continua a ser assegurada pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por funcionários desempregados inseridos em programas de medidas de emprego - Contrato Emprego Inserção + ou Contrato Emprego Inserção, em articulação com o IEFP.

Ainda no âmbito do Espaço Solidário, referimos a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede mensalmente produtos que se encontram fora de venda. Ainda no âmbito da responsabilização social de cada empresa, o Continente cede, ainda, bens alimentares, que até então não eram entregues a instituições de cariz social, como legumes, fruta, iogurtes, comida confeccionada do serviço de takeaway, recolhidos pelos técnicos do GASH, segunda e sexta-feira, quarta-feira à noite e domingo de manhã, contribuindo, ainda mais, para o colmatar de necessidades básicas e essenciais.

De janeiro a dezembro de 2020, realizaram-se 450 entregas de cabazes alimentares, sendo que cerca de 100 cabazes foram distribuídos mensalmente a cerca de 100 famílias identificadas no âmbito da pandemia que atravessamos. Ao longo de 2020, o Espaço Solidário apoiou uma média de 45 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 10 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No ano marcado pela pandemia COVID-19 e considerando as dificuldades financeiras acrescidas das famílias, no ano letivo 2020/2021 foi realizado um reforço na área da ação social/educação, tendo sido atribuídas 44 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, no valor de 750 euros a cada aluno, perfazendo um total de 33 mil euros.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2020 no âmbito da intervenção comunitária:

- Continuação da participação e apoio prestado pelos técnicos do setor de ação social e habitação à Comissão de Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente na realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em regulamento e plano de ação da Comissão;
- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;

↓
EIP
EIP
EIP
EIP
EIP
EIP
EIP

- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;
- Apoio técnico ao Programa Escolhas do Alto Comissariado para as Migrações, tendo sido aprovada pelo período de 2 anos;
- Continuação da dinamização do Banco Local de Voluntariado através do encaminhamento para instituições do concelho e afetação de outros voluntários ao Espaço Solidário;
- Continuação da dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 12 reuniões, de periodicidade mensal, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 4 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho. Foram ainda realizadas ações de informação, cujo tema se prendeu com as áreas de intervenção prioritária para o concelho, nomeadamente com a proteção das crianças e jovens e com a prevenção da saúde na Terceira Idade;
- Realização de visitas às IPSS para auscultação dos parceiros e levantamento das necessidades sentidas ao longo da pandemia Covid-19;
- Sinalização e encaminhamento de agregados familiares em situação de carência alimentar, para a resposta Cantina Social e entrega de géneros alimentícios, período de pandemia - gabinete crise;
- Promoção de parcerias e trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;
- Implementação e dinamização da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso da Câmara Municipal do Peso da Régua.



GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) é um gabinete criado no ano de 2009, com o intuito de prestar um apoio mais contínuo e próximo a todos os jovens e adultos desempregados do Concelho, na elaboração ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em cooperação com os vários Centros de Emprego a nível nacional, mas principalmente em estreita parceria com o Centro de Emprego de Vila Real.

São inúmeras as áreas de atividade do GIP, tais como, formação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio à procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, captação de ofertas de entidades empregadoras, divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e adequadas, encaminhamento para ofertas de qualificação, apoio aos desempregados na submissão dos seus processos de desemprego, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, apoio e encaminhamento dos desempregados para

programas de inserção à vida ativa, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Ao longo dos tempos, têm sido várias as parcerias estabelecidas entre o GIP e outras entidades empregadoras locais, no sentido de fomentar a contratualização e a inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma mais e melhores condições de trabalho para os munícipes.

No ano de 2020, a Técnica Animadora do GIP realizou 73 novas inscrições.

No período de janeiro a dezembro de 2020, o GIP realizou 3 Sessões Coletivas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 34 Sessões Individualizadas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 59 Sessões Individuais de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 89 Ações Individualizadas de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 7 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 4 Sessões de Encaminhamento de Utentes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 661 utentes. No ano de 2020, as sessões individualizadas passaram a adquirir uma maior importância no trabalho desenvolvido pelo GIP, uma vez que nem sempre foi possível a realização de sessões coletivas, por forma a evitar o ajuntamento de utentes.

No que respeita à parte do atendimento ao público são recebidos, diariamente, no GIP uma média de 7 a 8 utentes, onde a Técnica Animadora presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 170 atendimentos/mês.

Foram registadas 25 novas ofertas de emprego e cerca de 20 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhados para entrevistas, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 646 utentes.

No âmbito das suas atividades, o GIP presta também apoio, na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 36 Entidades Privadas e Públicas, 33 das quais pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, tendo sido submetidas 31 candidaturas e colocados 47 munícipes reguenses. Após o início destas candidaturas, as mesmas Entidades foram também apoiadas no que respeita à gestão dos processos das suas candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real. Para além do apoio que o GIP tem vindo a dar às diversas entidades do concelho, surgiu também a necessidade de apoiar outras Entidades de zonas mais limítrofes, nomeadamente nos Concelhos de Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa e Mesão Frio.

Relativamente à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o encaminhamento de 27 municípios para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, nas áreas apoio à Família, Geriatria, Saúde e Redes Digitais. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos municípios sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Associação de Agricultores do Baixo Corgo, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua.

Em continuação com o ano transato, o GIP tem mantido as suas parcerias diretas com o projeto CLDS 4G, o Gabinete de Ação Social do Município e o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua, de forma a dar uma resposta mais célere, válida e individualizada a todas as necessidades sentidas ao nível do emprego pelos seus municípios, orientando-os e encaminhando-os sempre para a oportunidade mais viável, existente em cada momento.

A atual situação de pandemia que atravessamos, levou a que as dificuldades económicas das empresas se agudizassem e consequentemente, as taxas de desemprego começassem a disparar. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna indispensável, no sentido de orientar todos os municípios que enfrentam pela primeira vez uma situação de desemprego, ou todos aqueles que não sendo a primeira situação, necessitam de apoio para rapidamente regressarem à vida ativa. Assim sendo, o GIP em conjunto todos os parceiros locais anteriormente referenciados, tenta o mais possível, responder da forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos municípios do concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

As redes de infraestruturas e os equipamentos de nível fundamental que promovem a qualidade de vida apoiam a atividade económica e asseguram a otimização do acesso à cultura, à educação, à justiça, à saúde, à segurança social, ao desporto e ao lazer

O fenómeno desportivo tem vindo a assumir um papel cada vez mais determinante nas sociedades atuais. As autarquias, pelas competências que lhes estão delegadas e, como entidades mais próximas das populações tem uma responsabilidade acrescida na implementação de projetos de desenvolvimento desportivo local que respondam aos anseios, ambições e necessidades das suas gentes. O apoio ao desporto numa vertente de competição, bem como o apoio ao movimento associativo, é umas das competências do poder autárquico.

Este foi, sem dúvida, um ano muito difícil, devido à pandemia que se abateu sobre todos nós. Tal facto também se refletiu na dinamização dos equipamentos desportivos que estiveram, cerca de cinco meses e meio, encerrados.

Objetivos estratégicos:

- Melhorar os padrões de qualidade, diminuindo os custos e mantendo um grau de satisfação elevado junto da população, continuando a ser uma referência no âmbito da gestão de equipamentos desportivos;
- Democratizar e disseminar a prática da atividade física tentando diminuir o fosso entre os praticantes potenciais e os reais;
- Ressalvar a importância de manter um estilo de vida ativo e saudável, o desporto passou a fazer parte das rotinas quotidianas da população sénior;
- Mais que nunca, as IPSS, vão ter necessidade premente de aumentar a autoestima da sua população idosa, devido ao confinamento que nos afetou a todos no geral, mas aos idosos, em particular. Torna-se imperioso que os nossos idosos voltem a ter uma atividade desportiva regular e motivadora.

Objetivos operacionais:

- Rentabilizar os espaços suscetíveis de utilização não desportiva com a realização de atividades de recreação e lazer;
- Continuar a realizar investimentos para o apetrechamento e melhoria da qualidade de serviços prestados;
- Otimizar recursos humanos procurando agilizar procedimentos que permitam uma gestão mais eficiente das instalações e das atividades desportivas;
- Procurar reduzir os custos de manutenção das instalações e seus equipamentos desportivos, mantendo os padrões de qualidade;
- Aumentar o número de ações de cariz não - formal;
- Descentralizar as atividades e promovê-las de forma equilibrada junto de todas as freguesias do concelho.

Atividades/eventos desportivos

- Treinos e jogos referente aos quadros competitivos das diversas modalidades coletivas (Futsal; Andebol; Voleibol) em todos escalões etários;
- Atividades da EB 2/3;
- Atividades de Boccia sénior com diversas instituições do nosso concelho;
- Diversos jogos em várias modalidades coletivas, enquadradas no quadro competitivo do desporto escolar.

Os referidos equipamentos desportivos diminuiram significativamente a sua carga de ocupação, devido ao surto pandémico, estivemos encerrados durante cinco meses e meio, abrindo depois com um Plano de Contingência extremamente rigoroso.

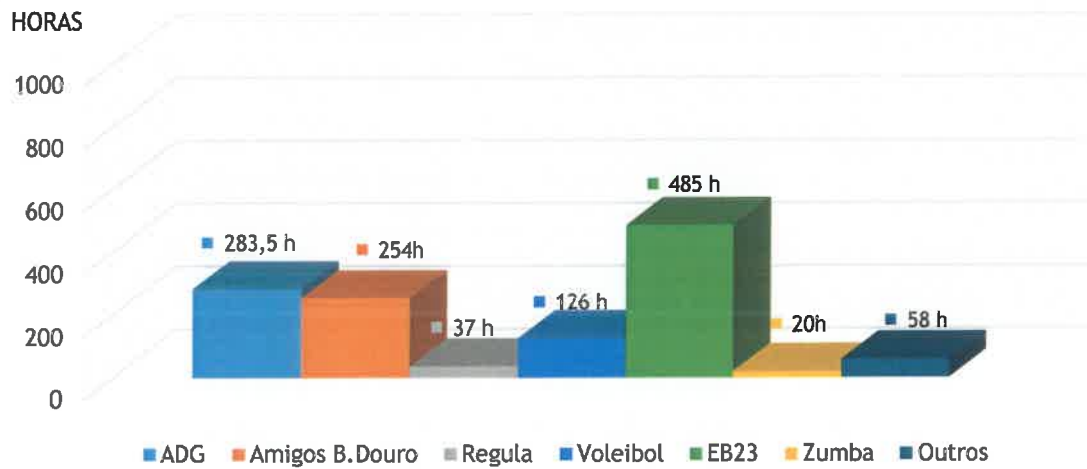


Gráfico 5- Ocupação do Pavilhão Municipal | Grupos Desportivos

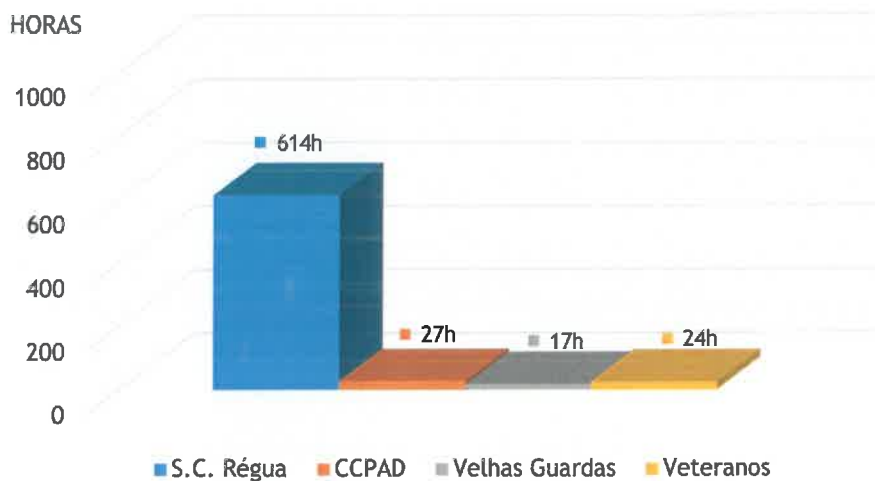


Gráfico 6- Ocupação do Estádio Municipal | Grupos Desportivos

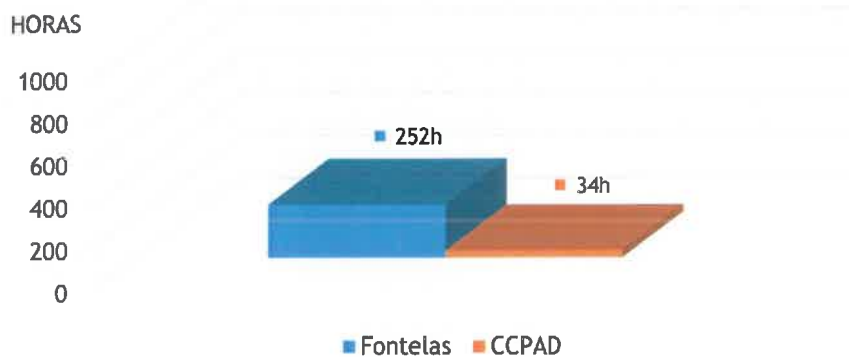


Gráfico 7- Ocupação do Campo Dr. Rui Machado (Fontelas) | Grupos Desportivos

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the letters 'EP' and several illegible signatures.

NÚMERO DE UTILIZADORES | HORAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

INSTALAÇÕES	Nº TOTAL DE UTILIZADORES	Nº TOTAL DE HORAS
Pavilhão Municipal	10.849	1.243,5h
Estádio Municipal	9.394	682h
Campo Dr. Rui Machado	-----	286h
Total	20.243	2.211,5h

PISCINAS MUNICIPAIS

As Piscinas Municipais indo ao encontro das necessidades da população, têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças, adultos e competição; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia e Aulas de Grupo (Dance Kids; Zumba; Step; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit e Localizada); Aerodance; Treino Hiit ; Core, Pilates, Body Jump e Fit Bum bum).

Durante o ano de 2020 e devido à pandemia, o funcionamento das instalações (Piscinas Municipais) foi notoriamente afetado. Somente durante 6 meses e de forma condicionada (capacidade de 50%) a Piscina Municipal manteve as suas atividades. O número total de utentes em 2020 nas classes organizadas foi de 519, registando um total de 8.979 entradas. Do número registado de utentes, 69% são do sexo feminino e 31% do masculino.

As instalações destinam-se a servir, essencialmente, a população reguense, ainda assim, conseguem atrair público externo ao concelho do Peso da Régua - 66% dos utentes são do concelho, sendo que 34% são de outros concelhos.

Este ano não sendo possível organizar eventos desportivos presenciais, a estratégia passou por realizar aulas online, de forma que a nossa população se pudesse manter ativa e com estilo de vida saudável.


 EP




↓
EP
↓
↓
↓
↓
↓
↓



DAF

Divisão Administrativa e Financeira

RECURSOS HUMANOS - EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

As necessidades coletivas e a prossecução dos interesses gerais dos munícipes só são possíveis de concretizar através do cumprimento da missão, da estratégia e dos objetivos da autarquia utilizando para tal os seus recursos humanos.

Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 94,9% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

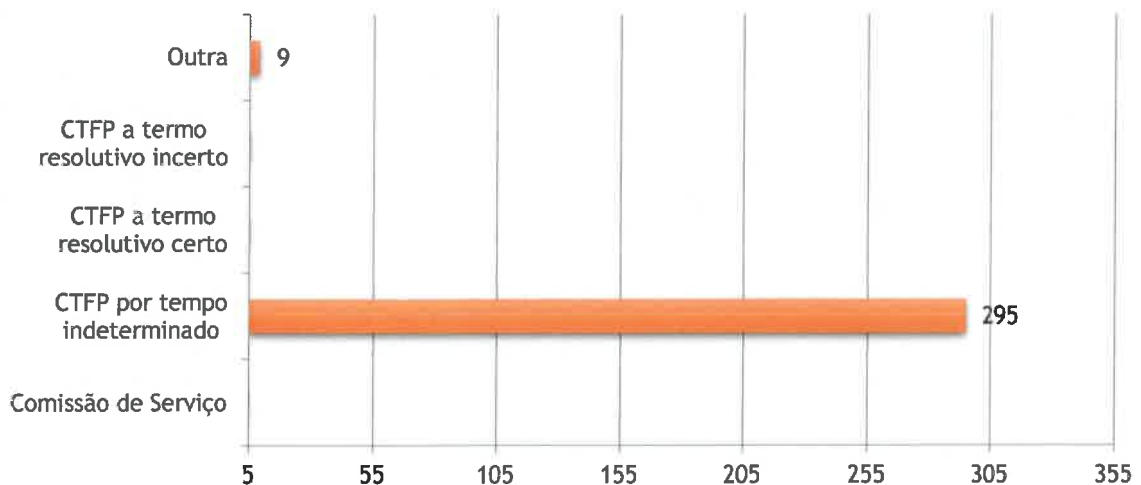


Gráfico 8 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0		4
CTFP por tempo indeterminado	0	31	70	188	6	295
CTFP a termo resolutivo certo	0	3	0	0	0	3
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	9	0	9
Total	4	34	70	197	6	311

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2020 era de 311, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de mulheres é já ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 43,7% dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional. Verifica-se um rácio de 68,5 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2020, comparativamente a 2019.

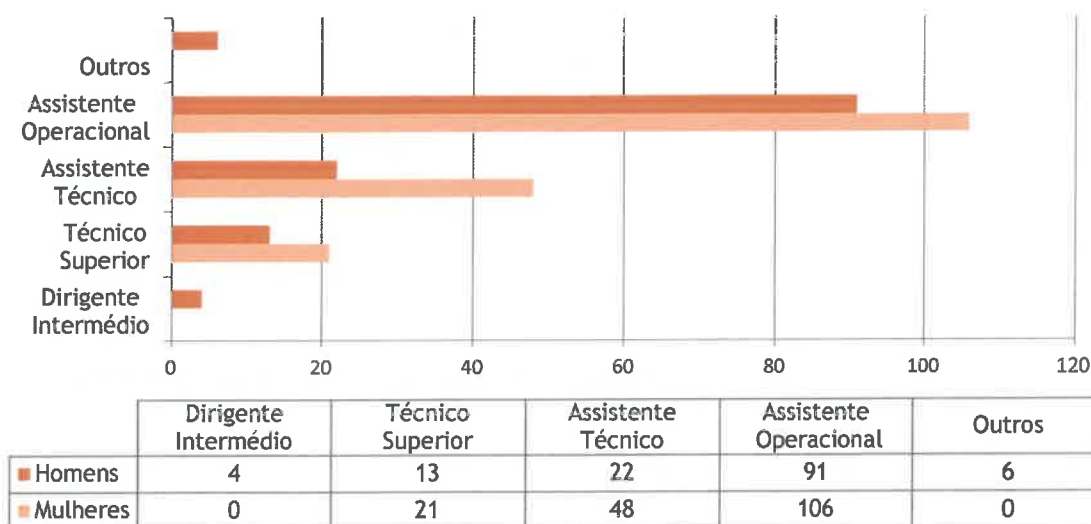


Gráfico 9 - Distribuição por cargo/carreira e género

		DIRIGENTE INTERMÉDIO	TÉCNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	OUTROS	TOTAL
2020	H	4	13	22	91	6	136
	M	0	21	48	106	0	175
	T	4	34	70	197	6	311
2019	H	4	21	24	91	1	141
	M	0	25	39	69	0	133
	T	4	46	63	160	1	274
2018	H	4	20	24	95	1	144
	M	0	22	36	78	0	136
	T	4	42	60	173	1	280
2017	H	4	20	25	89	1	139
	M	0	23	34	78	0	135
	T	4	43	59	167	1	274
2016	H	4	18	25	91	2	140
	M	0	21	35	77	0	133
	T	4	39	60	168	2	273
2015	H	4	18	25	93	2	142
	M	0	20	35	61	0	116
	T	4	38	60	154	2	258
2014	H	4	16	25	98	2	145
	M	0	21	36	79	0	136
	T	4	37	61	177	2	281

REGIME JURÍDICO DE EMPREGO

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 94,9% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

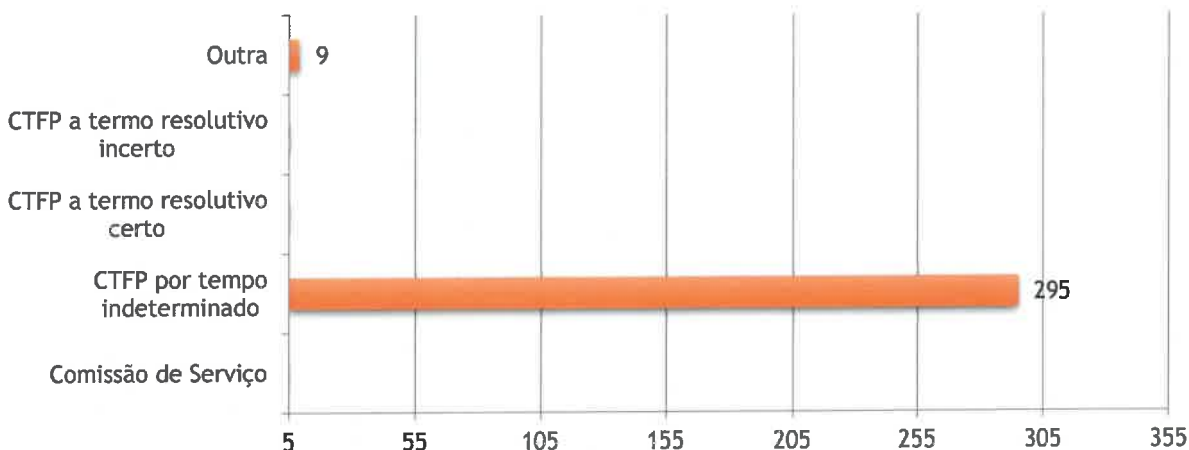


Gráfico 10 - Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0		4
CTFP por tempo indeterminado	0	31	70	188	6	295
CTFP a termo resolutivo certo	0	3	0	0	0	3
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	9	0	9
Total	4	34	70	197	6	311

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 35% dos funcionários têm entre 50 e 59 anos, 12% têm 30 a 39 anos e 27% têm entre 40 e 49 anos de idade.

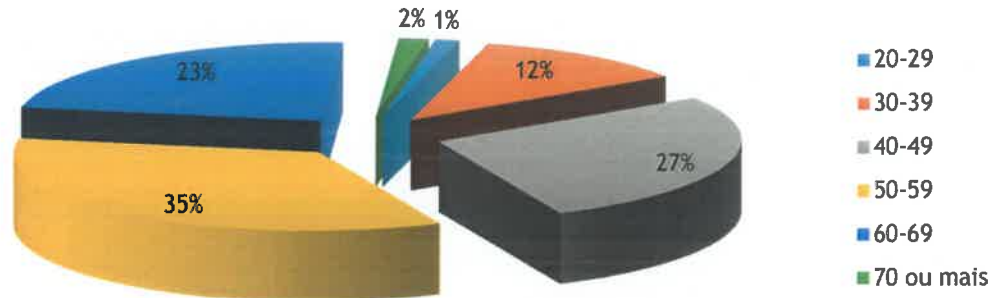


Gráfico 11 - Trabalhadores segundo faixa etária

O escalão etário mais representado é dos 50-59 anos, sendo que dos 108 funcionários que se encontram neste intervalo etário, 56 são mulheres e 52 são homens, representando assim 35% do universo de trabalhadores, como se pode observar no quadro seguinte

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	≥ 70
Homens	0	2	3	11	15	20	26	26	29	3	1
Mulheres	0	1	9	14	27	24	22	34	34	6	4
Total	0	3	12	25	42	44	48	60	63	9	5
	3		37		86		108		72		5

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

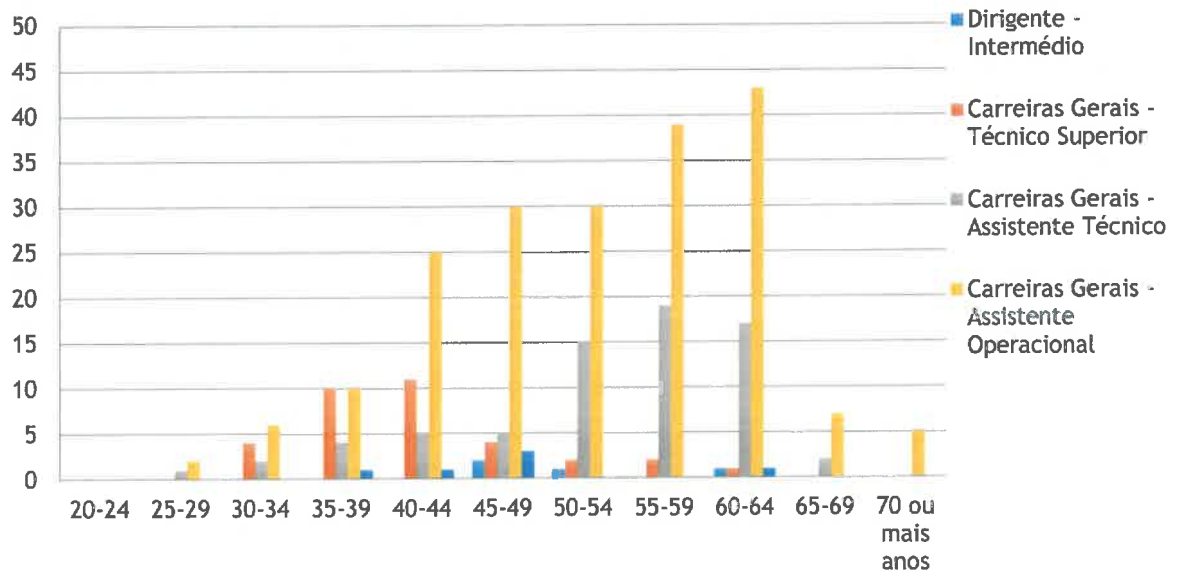


Gráfico 12 - Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'E.P.', 'J.P.', 'A.P.', and 'R.S.'.

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto que nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

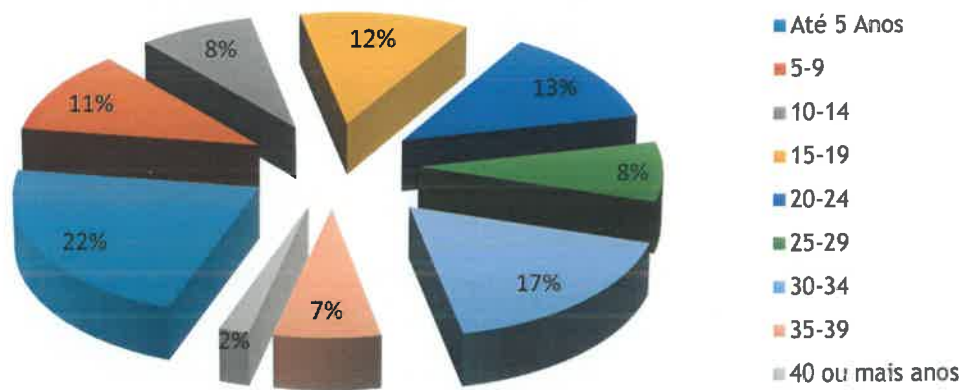


Gráfico 13 - Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 33% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até aos 9, entre os 15 - 19 e os 20 - 24 anos, perfazendo 137 dos 197 trabalhadores desta carreira.

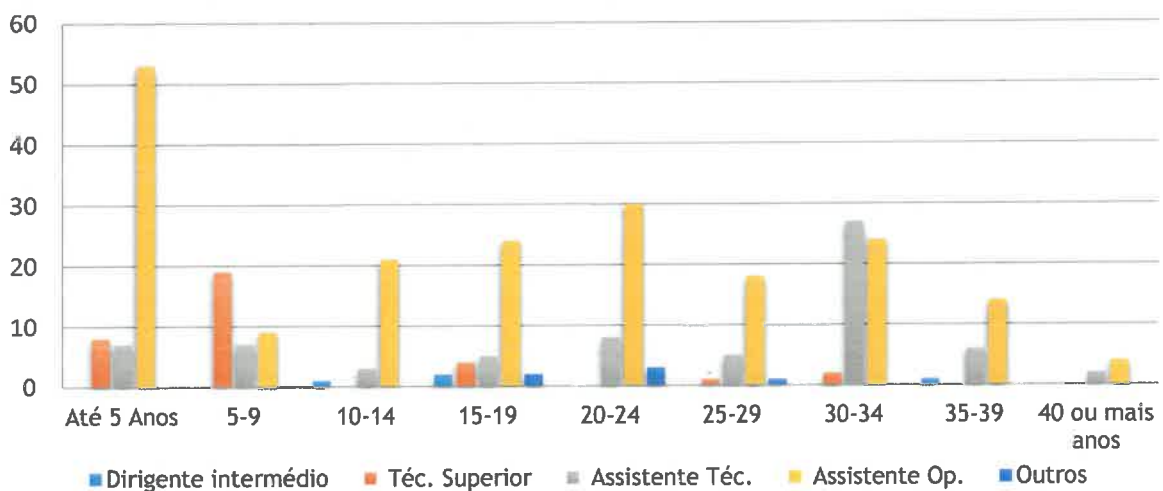


Gráfico 14 - Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a signature and the initials 'E.P.' and 'P.S.'.

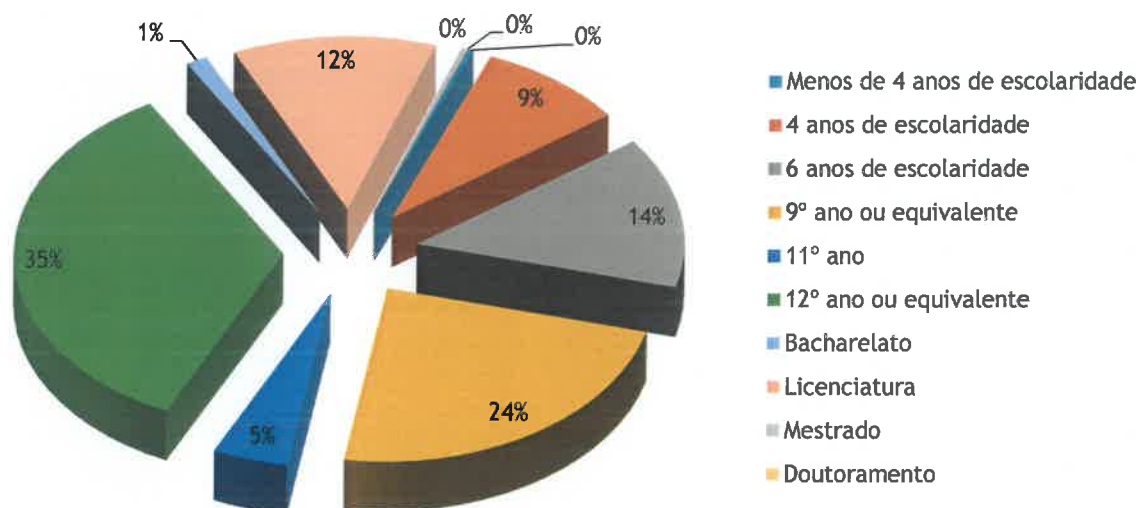


Gráfico 15 - Estrutura habilitacional dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitam aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho, da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 12% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 24% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 35% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	28	0	28
6º ano de escolaridade	0	0	3	41	0	44
9º ano ou equivalente	0	0	14	58	1	73
11º ano	0	1	7	6	0	14
12º ano ou equivalente	0	0	44	59	5	108
Bacharelato	0	3	1	0	0	4
Licenciatura	4	29	1	4	0	38
Mestrado	0	1	0	0	0	1
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	34	70	197	6	311

Recursos humanos através do CEI e CEI+

Analisando a celebração de contratos emprego inserção e inserção +, verifica-se uma tendência decrescente até 2020 em relação aos CEI, já em relação aos CEI+ verificamos a mesma tendência de 2018 para 2019 e um aumento de 2 contratos em 2020.

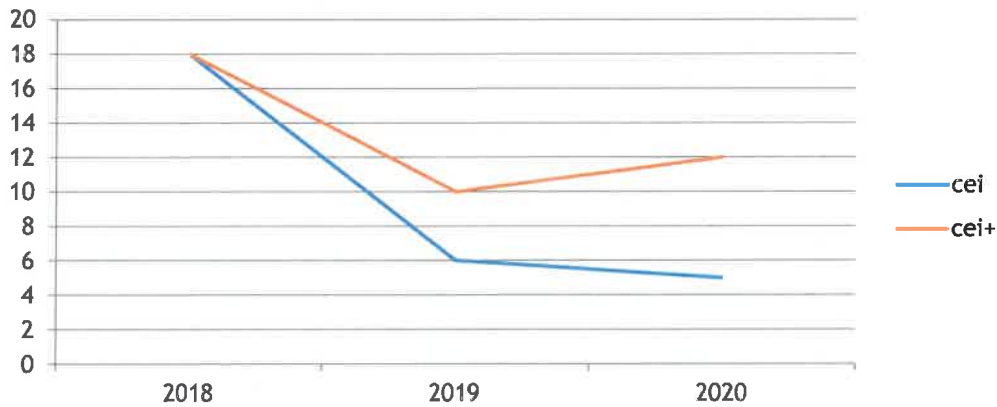


Gráfico 16 - Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+

ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2020 aos 4.617.126,49 €, dos quais 77,4% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2020
REMUNERAÇÕES BASE	3.574.588,61 €
Suplementos Remuneratórios	157.338,19 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	27.386,79 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	89.798,01 €
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	5.773,99 €
Ajudas de custo	6.548,64 €
Representação	27.830,76 €
Prestações Sociais	363.930,75 €
Abono de Família	7.057,67 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	
Subsídio de refeição	303.486,48 €
Subsídio por morte	
Benefícios Sociais	50.685,02 €
Outras prestações sociais	2.701,58 €

7
E.P.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Execução Financeira



INTRODUÇÃO

A reforma da contabilidade e contas públicas surge da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas.

A publicação do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, bem como a nova lei de enquadramento orçamental, aprovada pelo Decreto Lei nº 151/2015 de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos e a melhorar a transparência das contas públicas.

Perante a emergência de saúde pública, devido à pandemia provocada pelo SARS CoV-2, e em resposta aos impactos que se tem vindo a fazer sentir, foram aprovadas diversas medidas excecionais e temporárias para fazer aumentar a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia.

O Município de Peso da Régua assumiu um papel relevante na implementação de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia abrangendo vários níveis de resposta de que foram beneficiários as famílias, as empresas e as instituições de solidariedade social do concelho.

O impacto da pandemia na atividade municipal fez-se sentir em diferentes dimensões na estrutura da despesa e receita e na adaptação operacional dos serviços.

2020 ficará registado na história como um dos períodos mais exigentes e transformador do século XXI. A covid-19 alterou, radicalmente, a forma como trabalhamos e como nos relacionamos em sociedade.

À crise de saúde pública juntamos uma crise económica e uma crise social cujos efeitos se irão repercutir nos próximos anos.



EXECUÇÃO FINANCEIRA

RECEITA

No que diz respeito à receita, durante o ano 2020 a sua execução financeira foi de 15.854.779,29€, que em termos percentuais representa 85,7% das previsões definidas em Orçamento.

Do valor global da receita cobrada líquida, 85,23% corresponde à receita corrente e 14,77% à receita de capital.

RECEITA		
Corrente	Capital	Outras
13.512.242,72€	2.306.846,08€	35.690,49€

Efetuada uma análise comparativa entre a receita estimada corrigida e a receita cobrada líquida, verificamos que, de uma previsão corrigida de 18.493.678,13€, foram arrecadados 15.854.779,29 €, o que representa cerca de 85,7%.

2005	2009	2010	2011	2012	2014
11.963.681€	15.145.548€	19.405.988€	17.859.606€	16.672.650€	16.132.479€

2015	2016	2017	2018	2019	2020
17.540.157€	13.871.674€	13.907.330€	23.556.701€	16.055.863€	15.854.779,29€

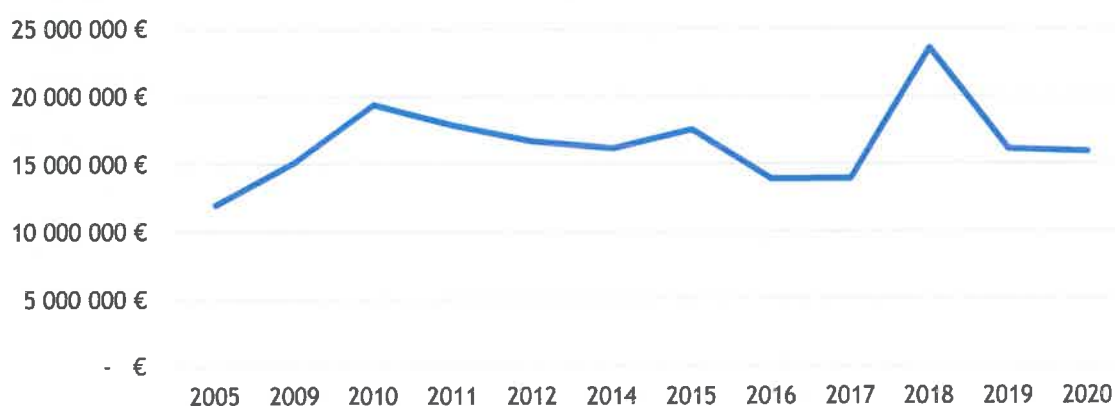


Gráfico 17 - Evolução da Receita desde 2005 a 2020

Em 2020 as receitas arrecadadas apresentaram um decréscimo que se deveu essencialmente à passagem do serviço de águas para a AdIN e às diferentes medidas de apoio ao combate à Covid-19, as quais passamos a elencar:

- Suspensão, por um período de 4 meses, da tarifa de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, à exceção das grandes superfícies, bancos, instituições de crédito e seguradoras;

- Moratória no pagamento das rendas dos espaços comerciais municipais, tendo como limite o final do ano, sendo recalculadas as rendas dos anos posteriores, até ao aumento máximo de 100 euros/mês e prolongamento da duração da concessão, se necessário, para cumprir o limite máximo de pagamento;
 - Isenção e devolução de taxas inerentes à atividade económica para o ano 2020, para empresas com e/ou filial com sede em Peso da Régua, com exceção de grandes superfícies, instituições bancárias, de crédito e seguradoras, que abaixo se listam.
1. Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais
- Receção de mera comunicação prévia, relativa à instalação ou modificação de:
 - ✓ Estabelecimentos de restauração ou bebidas, com as secções acessórias tipificadas;
 - ✓ Estabelecimentos de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;
 - ✓ Estabelecimentos de comércio a retalho (enquadradas em tipo 3).
 - Apreciação de pedidos de comunicação prévia, com prazo para a prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário.
2. Empreendimentos turísticos e alojamento local
- Receção de mera comunicação prévia;
 - Auditoria para efeitos de fixação das capacidades máximas e atribuição de classificação em empreendimentos de turismo de habitação, turismo rural, parques de campismo ou caravanismo;
 - Vistoria para verificação do cumprimento de requisitos no alojamento local;
 - Aquisição de placa identificativa.
3. Ocupação da via pública
- Apreciação de pedidos com mera comunicação prévia ou comunicação prévia com prazo;
 - Ocupação da via pública por toldos, alpendres, vedações com painéis (ou outros dispositivos semelhantes sobre os quais haja anúncios ou reclames), tabuleiros de venda ambulante;
 - Ocupação da via pública por esplanadas (fachadas, fixas ou amovíveis), guarda-ventos, mesas e cadeiras;
 - ✓ Ocupação da via pública por veículos automóveis ou atrelados, estacionados para exercício de comércio e indústria.
4. Publicidade
- Instalação de anúncios luminosos e não luminosos.
5. Sistema de indústria responsável
- Receção de mera comunicação prévia de estabelecimentos do tipo 3;
 - Pronúncia sobre pedidos de conversão em ZER;
 - Vistorias em que a entidade coordenadora seja a Câmara Municipal;
 - Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos.

Foram medidas de apoio ao comércio local e de combate à diminuição da atividade económica que o Município tomou de forma tentar proteger o tecido económico de Peso da Régua.

RECEITA DE CAPITAL

De uma previsão orçamental corrigida de 4.420.651,11€, verificou-se uma execução financeira de 2.306.846,08€, correspondente a 52,2% da receita prevista.

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA	RECEITA COBRADA	% EXECUÇÃO
RECEITAS DE CAPITAL	4.420.651,11 €	2.306.846,08 €	52,2%
9. Venda Bens de Investimento	31.783,97€	175.488,66€	552,1%
10. Transferências de Capital	2.582.798,53€	1.116.803,92€	43,2%
12. Passivos financeiros	1.806.068,61 €	1.014.553,50€	56,2%
15. Outras Receitas	100,00 €	29.307,44€	29.306,4%
16. Saldo da Gerência Anterior	6.384,05 €	6.384,05€	100,00%



Gráfico 18 - Receitas de Capital

As receitas de capital apresentam no ano 2020 um decréscimo face ao valor arrecadado no ano anterior de aproximadamente 18%.

RECEITA CORRENTE

Ao nível da execução orçamental da receita corrente verificamos que, de uma previsão corrigida de 14.066.542,97€, foram arrecadados 13.512.242,72€ correspondente a cerca 96,1% da receita inicialmente prevista.

2005	2009	2010	2011	2012	2013	
7.640.459€	10.385.315€	9.774.005€	9.637.313€	9.957.712€	10.204.338€	
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
10.956.173€	11.341.116€	11.668.201€	12.027.617€	12.331.154€	13.281.545€	13.512.243€

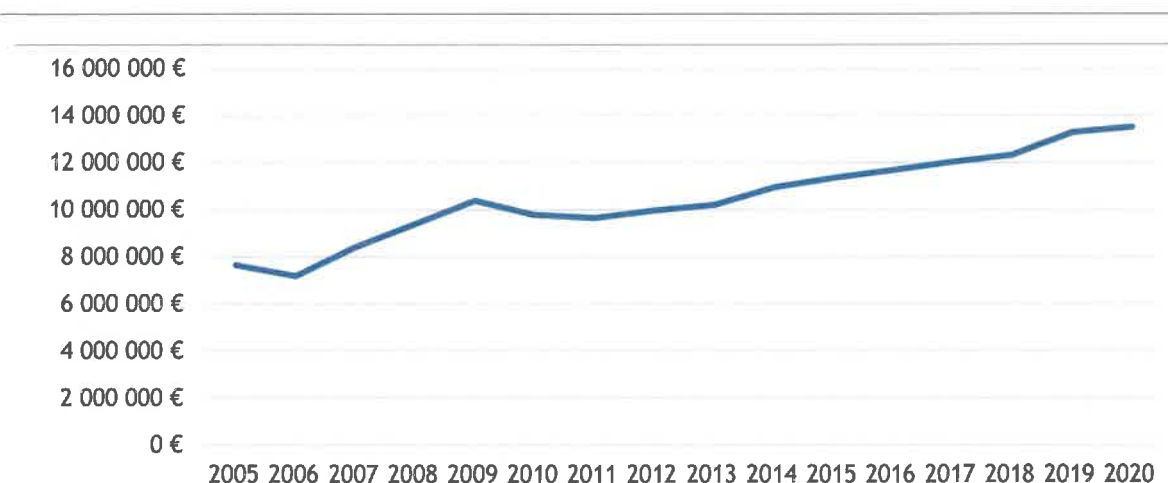


Gráfico 19 - Evolução das Receitas Correntes de 2005 a 2020

As receitas correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

Nos quadros seguintes podemos verificar, de forma detalhada, a execução financeira de cada uma das sub-rubricas.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01. Impostos Diretos	2.348.946,00€	2.520.549,12€	107,3%

2005	2009	2010	2011	2012	2013
1.569.010€	1.087.583€	1.846.892€	1.804.999€	1.991.458€	1.860.554€

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.153.795€	1.963.703€	1.986.097€	2.330.018€	2.286.830€	2.840.562€	2.520.549€

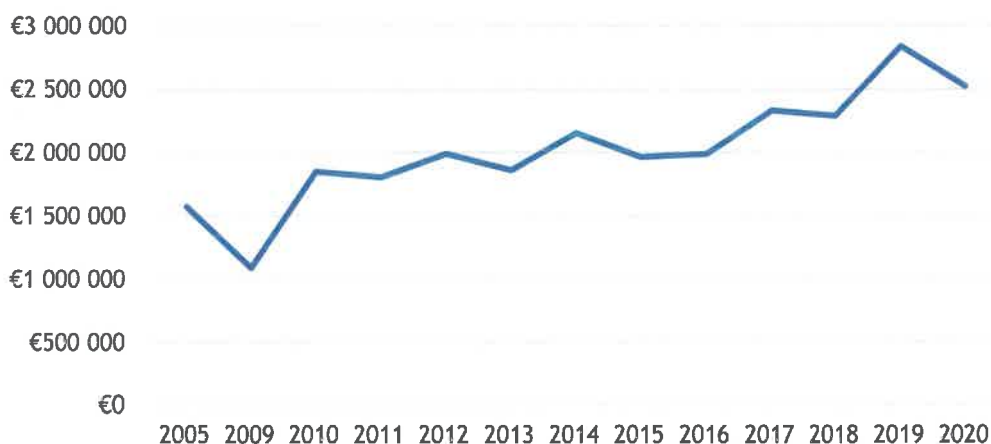


Gráfico 20 - Evolução dos Impostos Diretos de 2005 a 2020

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page.

Os impostos diretos em 2020 acompanham a tendência de descida da receita, verificando-se uma diminuição de 320.013€ quando comparado com o ano 2019.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.02. IMI-Imposto Municipal s/imóveis	1.413.175,00€	1.476.532,71€	104,5%

2005	2009	2010	2012	2013
612.419€	819.067€	866.589€	923.115€	1.112.588€

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1.307.361€	1.362.889€	1.261.797€	1.356.359€	1.404.078€	1.459.142€	1.476.533€

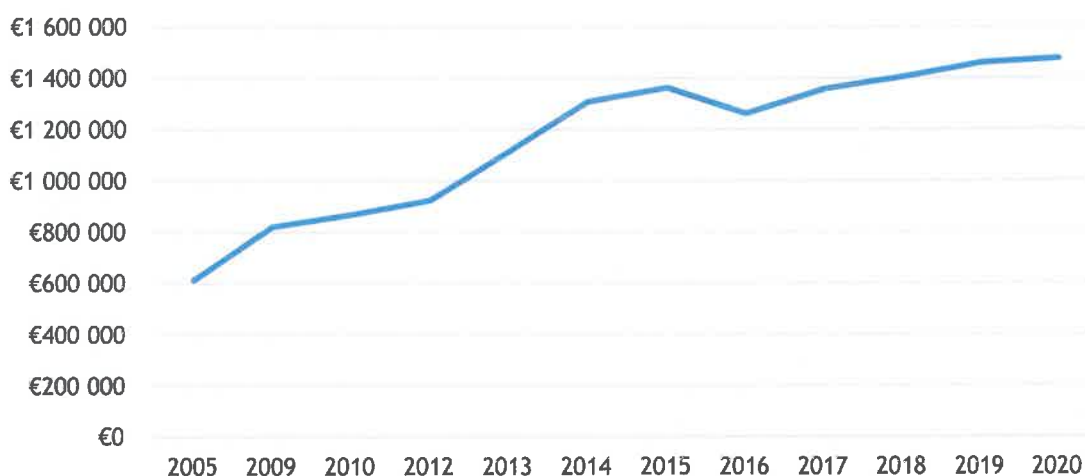


Gráfico 21 - Evolução das receitas do IMI de 2005 a 2020

Em relação ao imposto municipal sobre imóveis (IMI), a receita do ano 2020 teve um aumento de 1,19% relativamente ao valor previsto inicialmente, registando ainda um aumento de 17.391€ quando comparada com a receita arrecadada no ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.03. IUC-Imposto Único de Circulação	328.780,00€	372.023,77€	113,2%

2005	2009	2010	2012	2013
15.443€	173.465€	194.292€	250.810€	334.504€

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
303.294€	287.304€	287.773€	298.506€	318.539€	329.246€	372.024€

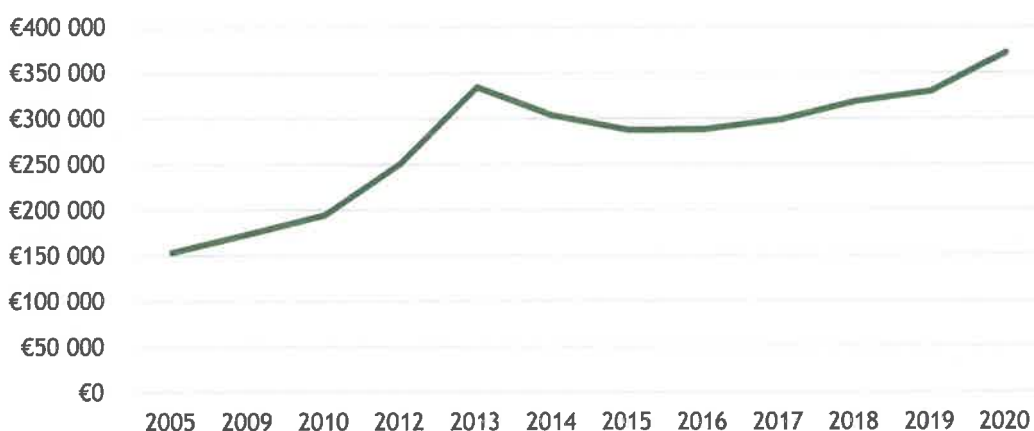


Gráfico 22 - Evolução das receitas IUC de 2005 a 2020

Quanto à receita derivada do Imposto Único de Circulação, apresenta um aumento de 12,9% face ao ano anterior.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
01.02.04. IMT-Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas	432.086,00€	431.006,27€	99,8%

2005	2009	2010	2012	2013
449.095€	485.125€	493.223€	409.428€	207.356€

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
356.107€	313.509€	340.228€	398.563€	414.631€	841.303€	431.006

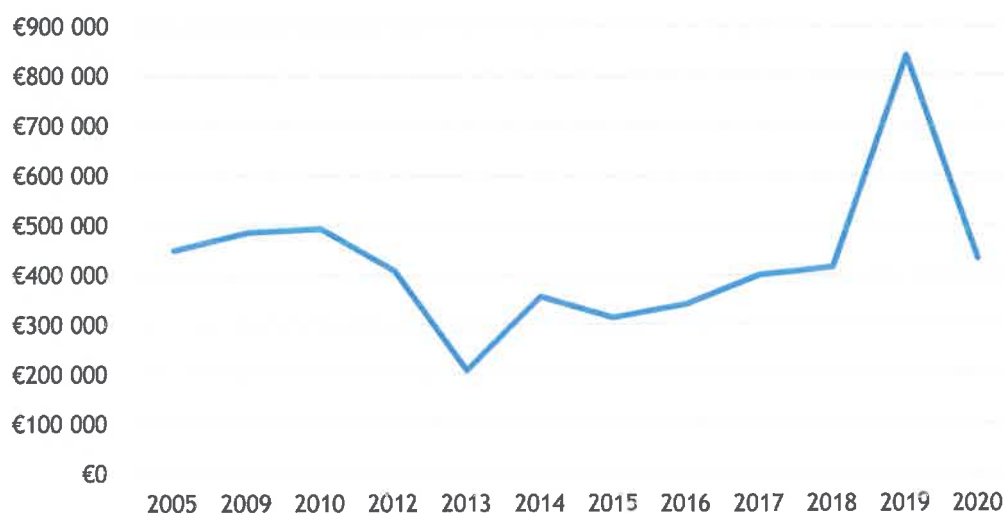


Gráfico 23 - Evolução das receitas IMT de 2005 a 2020

Como se pode verificar, o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis apresentou uma diminuição face ao ano anterior no valor de 410.297€.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
02. Impostos Indiretos	149.644,00€	171.173,97€	114,4%

2005	2008	2009	2012	2013
300.349€	396.202€	308,371€	209.270€	153.763€

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
222.004€	148.370€	181.225€	166.219€	190.091€	218.777€	171.174€

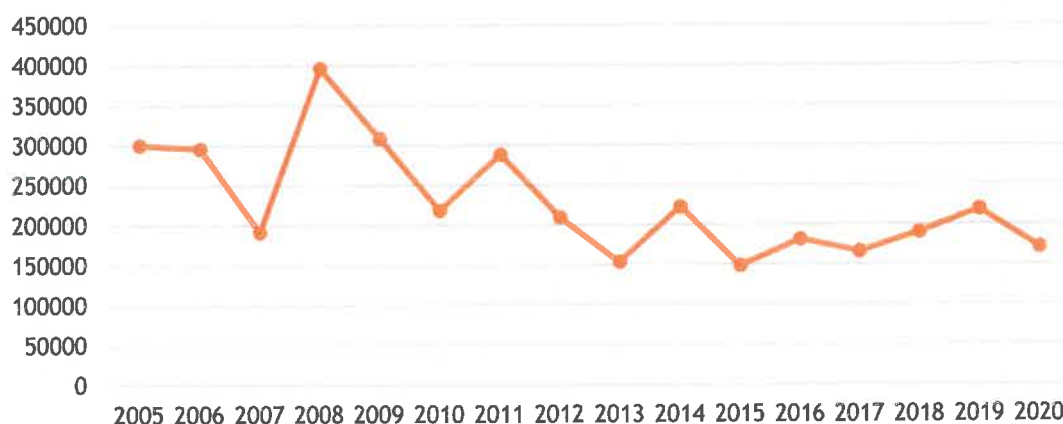


Gráfico 24 - Evolução das receitas provenientes dos impostos indiretos entre 2005 e 2020

A receita referente aos impostos indiretos apresenta um aumento face ao inicialmente previsto de 14,39%. Quando comparado com o ano anterior, verificamos que diminuiu aproximadamente 22%.

Execução orçamental das rubricas 04.05.06.07.08.

Descrição	Receita Prevista	Receita Executada	% Execução
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	133.405,50€	94.468,76€	70,8%
05. Rendimentos de Propriedades	619.000,00€	614.379,55€	99,3%
06. Transferências Correntes	9.159.415,86€	8.885.496,08€	97,0%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1.196.095,61€	640.992,69€	53,6%
08. Outras Receitas Correntes	460.000,00€	585.182,55€	127,2%

DESPESA

A previsão corrigida da Despesa Orçamental 2020 foi de 18.493.678,13€, dos quais foram assumidos como compromissos 18.473.723,41€.

A despesa paga durante o ano em análise totalizou 15.781.473,09€, valor que originou uma execução global de 85,33%.

DESPESA DE CAPITAL

No que respeita à Despesa de Capital, a previsão corrigida foi de 5.386.773,50€, sendo 5.380.351,49€ o valor dos compromissos assumidos no exercício.

Ao nível da despesa comprometida e paga, foram executados 4.336.571,05€, o que corresponde a 80,5% da despesa prevista.

Execução orçamental das rubricas 07.08.09.10.

Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos	Despesa paga	% Executada
07. Aquisição de Bens de Capital	3.299.530,53€	3.293.108,52€	2.270.858,95€	68,82%
08. Transferências de capital	312.791,57€	312.791,57€	291.260,70€	93,12%
09. Ativos Financeiros	9.821,49€	9.821,49€	9.821,49€	100,00%
10. Passivos Financeiros	1.764.629,91€	1.764.629,91€	1.764.629,91€	100,00%

DESPESA CORRENTE

Relativamente à execução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, de uma previsão corrigida de 13.106.904,63€, foram assumidos como compromissos de 13.093.371,92€, dos quais, 11.444.902,04€ correspondem à despesa efetivamente paga, valores que representam uma execução de 87,32% face ao previsto.





Esta rubrica reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos; custos operacionais; atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo.

Durante o ano de 2020 o Município de Peso da Régua passou a gestão da Água para a empresa Águas do Interior Norte (AdIN), apesar desta passagem, o município continuou a assegurar uma parte dos custos da Águas dos seus Municípios no valor total de 557.002,62€.

O Município do Peso da Régua, conjuntamente com a AdIN, aplicou uma redução da tarifa variável de água (40%) e saneamento (39%) para os consumidores não domésticos até 50 m³ (medida definida em articulação com todos os Municípios que participam no capital social da AdIN e com a própria empresa) com efeitos retroativos a janeiro de 2020.

O setor do ambiente continua a ser um encargo para o Município, o qual passamos a detalhar:

Custo da recolha para o Município (valor anual)	432.331.13€
Custo do tratamento dos resíduos (valor anual)	241.598.00€
Total de custos	673.929.13€
Receitas provenientes do pagamento das taxas referentes aos resíduos	402.765.35€


 E.P




Como se pode constatar, pela leitura dos dados, o Município continua a ter, no setor do Ambiente, um deficit com algum significado.

Em 2020 o Município do Peso da Régua, em virtude da pandemia, teve de efetuar um vastíssimo leque de medidas que se traduziram em despesas, as quais passamos a elencar:

- O fornecimento de cabazes alimentares a famílias carenciadas, com cortes de rendimentos, ou idosos isolados sem possibilidade de aceder a bens de primeira necessidade;
- O Centro de Rastreio instalado no Hospital D. Luíz I, para a realização de testes COVID
- O reforço da Cantina Social;
- O transporte, em articulação com os Bombeiros Voluntários, de doentes COVID para as unidades hospitalares ou para a realização de testes sempre que se justifique;
- A reavaliação das rendas de habitação social, propriedade do Município, para famílias com perda de rendimento;
- A atribuição de vales em compras no comércio tradicional, no valor da refeição escolar para os alunos dos escalões A e B;
- Atribuição de vales em compras - 0,50€/m³ de água consumido nos escalões domésticos, para utilizar no comércio tradicional de maio a julho;
- O transporte gratuito dos alunos do 11º e 12º anos das freguesias rurais para o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
- A transferência da área dedicada ao COVID do Centro de Saúde para o Hospital D Luíz I;
- A cedência de material informático, assim como equipamento de acesso à internet, para os alunos identificados pelo AEJAC com essa carência.
- O fornecimento de equipamentos de proteção individual às IPSS do concelho;
- O alojamento gratuito a profissionais de saúde e das IPSS, que tenham necessidade de isolamento;
- A articulação e cedência dos recursos humanos e logísticos às IPSS para a sua atividade diária;
- Apoio às IPSS na realização de testes de rastreio ao COVID-19.
- O reforço do apoio financeiro às IPSS e Associação de Bombeiros, no âmbito do aumento da despesa (eletricidade, gás, água, resíduos) e diminuição de receita
- Comparticipação dos 20% da contrapartida dos comerciantes, no âmbito das candidaturas a medidas de proteção ao COVID-19;
- Incentivo aos funcionários municipais para almoçar nos restaurantes locais, nos dois meses após abertura, através de um reforço até 100% do subsídio de refeição, em protocolo com a ACIR;

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

De seguida, apresentam-se, alguns indicadores/rátios que traduzem a evolução das competências e atividades do Município, nos últimos nove anos, no que respeita ao interesse público, tendo em vista a satisfação das necessidades coletivas das populações, relacionadas com as funções gerais, sociais, económicas e outras atribuídas ao Município.



RÁCIOS DE ESTRUTURA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Impostos Diretos/Receita Corrente	20%	19%	19%	20%	19%	20%	18%	17%	20%	19%	23%	19%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	10%	10%	10%	12%	10%	10%	9%	10%	10%	14%	9%	5%
Transferências Correntes/Receita Corrente	54%	56%	56%	52%	60%	57%	60%	57%	56%	58%	55%	67%
Transferências de Capital / Receita de Capital	78%	73%	82%	99%	47%	91%	87%	72%	66%	11%	30%	33%
Passivos Financeiros / Despesa de Capital	16%	5%	0%	0%	0%	0%	6%	15%	13%	55%	20%	23%
Receita Corrente / Receita Total	69%	51%	54%	60%	49%	68%	65%	84%	87%	53%	83%	85%
Receita de Capital / Receita Total	31%	49%	46%	40%	45%	28%	33%	15%	13%	47%	17%	14%

RÁCIOS DE GESTÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	50%	51%	50%	47%	42%	45%	50%	45%	49%	35%	41%	47%
Despesa com Pessoal / Despesa Total	29%	23%	26%	28%	23%	28%	25%	32%	33%	20%	31%	34%
Despesa com Pessoal / Receita Corrente	43%	46%	49%	43%	46%	40%	38%	38%	38%	38%	37%	40%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesa Corrente	38%	35%	33%	30%	38%	41%	36%	41%	37%	49%	43%	34%
Despesa Corrente / Receita Corrente	86%	91%	98%	92%	110%	89%	76%	84%	79%	110%	91%	85%
Despesa de Capital / Receita de Capital	132%	110%	104%	95%	96%	134%	152%	186%	249%	90%	147%	126%
Despesa de Total / Receita de Total	100%	100%	101%	93%	97%	98%	100%	99%	100%	100%	100%	99%

RÁCIOS DE INVESTIMENTO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Investimento (PPI) / Despesa de Capital	86%	91%	88%	82%	86%	77%	77%	41%	54%	42%	45%	52%
Investimento (PPI) / Despesa Total	35%	49%	42%	33%	39%	29%	39%	12%	17%	18%	11%	14%
Transf. projetos cofinanciados / Receita Total	1%	24%	25%	28%	15%	22%	26%	7%	2%	3%	1%	4%
Transf. projetos cofinanciados / Investimento (PPI)	2%	48%	59%	89%	40%	78%	66%	62%	12%	15%	8%	33%
Investimentos/População Residente*	280€	507€	435€	303€	460€	273€	398€	100€	149€	257€	111€	140€

*censos 2001 e 2011, estimativa INE

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

O serviço de dívida de médio e longo prazo contempla todos os empréstimos contratados pelo Município e aos quais estão associados empréstimos com prazos superiores a cinco anos.

Empréstimos	2005	2009	2012	2013	2014
Não Excecionados	1.346.994 €	3.801.443 €	4.922.174 €	9.337.637 €	8.547.280 €
Excecionados	4.562.722 €	3.289.920 €	4.618.865 €	4.257.857 €	3.891.702 €
Excecionado (Art.82º da LOE/2017)	-	-	-	-	-
Total	5.909.716 €	7.091.363 €	9.541.039 €	13.595.494 €	12.438.982 €

Empréstimos	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Não Excecionados	7.752.780 €	6.955.386 €	6.307.817 €	11.513.061 €	10.821.276 €	10.123.742€
Excecionados	3.517.921 €	3.151.263 €	2.780.868 €	1.857.518 €	1.593.835 €	1.329.965€
Excecionado (Art.82º da LOE/2017)	-	-	-	135.792 €	135.792 €	347.120€
Total	11.270.701€	10.106.649€	9.088.685€	13.506.371€	12.550.903€	11.800.826,56€

No final do ano 2020 o valor em dívida relativamente a empréstimos de médio/longo é de 11.800.826,56€. Apesar de terem sido contratado novos empréstimos, todos eles excecionados, comparativamente a 2019 verifica-se uma diminuição de 750.240€. Esta diminuição corresponde à despesa paga durante o ano.

Dos valores em dívida, cerca de 11,3% correspondem a empréstimos anteriormente excecionados dos limites de endividamento.

No endividamento de médio longo prazo, inclui-se ainda o valor da dívida para exercícios futuros relativa a acordos de regularização de dívida celebrados pela autarquia e que totalizam o valor de 2.384.303,39€. Este montante compreende o acordo com a empresa Águas do Norte celebrado ao abrigo do art. 90.º da Lei do Orçamento de Estado para 2019, cuja dívida de médio longo prazo em 31/12/2020 é de 2.178.745,07€.

Relativamente aos pagamentos em atraso, em 2020 registou-se o valor de 673.068€, como se pode verificar no mapa de dívidas a terceiros por antiguidade de saldos. Quando comparado com o ano anterior (1.382.463€) teve uma redução de 710.171,09€ resultante do esforço que o município tem feito para cumprir os compromissos assumidos.

SERVIÇO DA DÍVIDA A CURTO PRAZO

O valor da dívida a curto prazo reflete todos os encargos assumidos e não pagos efetuados até ao final do ano de 2020 e encontram-se registados em dívidas a terceiros.

A relação de encargos de curto prazo assumidos e não pagos a 31/12/2020 é de 2.080.298,81€.

Descrição	2005	2009	2012	2013	2014
Dívidas a terceiros	5.225.163 €	6.791.314 €	8.217.333 €	3.674.773 €	4.472.755 €
Valores de reembolso	83.689 €	3.190.704 €	2.174.408 €	1.635.105 €	1.295.169 €
Saldo	5.141.474 €	3.600.610 €	6.042.925 €	2.039.668 €	3.177.586 €

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Dívidas a terceiros	5.379.234 €	3.387.977 €	2.803.118 €	4.841.249 €	2.238.550 €	2.080.298,81€
Valores de reembolso	2.044.238 €	959.595 €	475.304 €	417.414 €	93.577 €	93.577€
Saldo	3.334.996 €	2.428.382 €	2.327.814 €	4.423.835 €	2.144.973 €	1.986.721.81

DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO

A Lei nº 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais.

O artigo 52º define a fórmula de cálculo do limite da dívida total:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

De acordo com o referido artigo apresentamos de seguida o cálculo da dívida total do município para o ano 2020.

APURAMENTO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO PARA 2020

Total Receita Corrente cobrada nos 3 últimos anos	37.640.316 €
Receita Corrente cobrada em 2017	12.027.617 €
Receita Corrente cobrada em 2018	12.331.154 €
Receita Corrente cobrada em 2019	13.281.545 €
Média da Receita Corrente Líquida	12.546.772 €
Limite da Dívida Total (1,5*média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)	18.820.158 €

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2020

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020 de 13 de agosto
18.820.158€	01 de janeiro de 2020						
	17.907.147 €	201 €	17.907.348€	17.258.656 €		1.561.502€	1.561.502€
	31 de dezembro de 2020						
	16.709.947 €	*	16.709.947€	15.891.279€		2.928.879€	2.928.879€

*O valor da "Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part" inclui os dados das entidades que disponibilizaram informação até à data da Prestação de contas. Este valor pode sofrer alterações após a PC.

Pela análise do quadro supra, salvaguardando a possibilidade de existência de contributos supervenientes de entidades do SM/AM/SEL, que possam, eventualmente, provocar oscilações ao seu apuramento, pode verificar-se um decréscimo da dívida total de -1.367.377€, no exercício de 2020, evidenciando o esforço significativo desenvolvido pelo Município na gestão da despesa pública.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Liquidez	2020	2019
Liquidez Geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	13,71	12,50
Liquidez Reduzida (Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente)	13,67	12,48
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo corrente)	0,12	0,10

Rentabilidade	2020	2019
Rentabilidade Operacional do volume de negócios (ROVN) (Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios *100)	-157,2%	106,3%
Taxa de Margem Bruta (Margem Bruta / Volume de Negócios *100)	-43,7%	0,5%
Rentabilidade do Património Líquido (RPL) (Resultados Líquidos / Património Líquido * 100)	-5,5%	9,2%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA) (Resultados Operacionais (EBIT) / Ativo *100)	-3,1%	3,7%

Estrutura Financeira	2020	2019
Autonomia Financeira (Património Líquido/Ativo)	0,64	0,34
Solvabilidade (Património Líquido/Passivo)	1,74	0,52
Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros (Resultados operacionais/Gastos financeiros)	-8,44	6,74
Endividamento (Passivo/Ativo)	0,36	0,66

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município de Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2020 totaliza -2.130.340,19€.

Propõe-se que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta "56.1 - Resultados Transitados de períodos anteriores".

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS - GERÊNCIA 2020

Pontos	Designação	SNC-AP	Documento TC
1	Reconciliação para Balanço de Abertura - SNC-AP		
1.1	Notas ao Balanço de Abertura - Divulgação Transitória		
2	Demonstrações Financeiras		
2.1	Balanço	NCP1	A1
2.2	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
2.3	Demonstração das alterações ao patrimônio líquido	NCP1	A1
2.4	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
2.5	Anexo às Demonstrações Financeiras	NCP1	A1
	Anexo I - Caracterização da entidade	NCP1	A1
	Anexo II - Organograma	NCP1	A1
	Anexo III - Custo com empréstimos obtidos	NCP1	A1
2.6	Demonstrações Financeiras Previsionais		
3	Demonstrações Orçamentais		
3.1	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
3.2	Demonstração de execução orçamental da Receita	NCP26	A1
3.3	Demonstração de execução orçamental da Despesa	NCP26	A1
3.4	Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos	NCP26	A1
3.5	Demonstrações Previsionais	NCP26	A1
3.5.1	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	NCP26	A1
3.5.2	Plano plurianual de Investimentos	NCP26	A1
	Anexo às demonstrações orçamentais		
	Anexo I - Alterações Orçamentais da Receita	NCP26	A1
	Anexo II - Alterações Orçamentais da Despesa	NCP26	A1
	Anexo III - Alterações ao PPI	NCP26	A1
	Anexo IV - Operações de Tesouraria	NCP26	A1
	Anexo V - Contratação Administrativa - Situação dos contratos	NCP26	A1
	Anexo VI - Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A1
	Anexo VII - Transferências e subsídios - Receita	NCP26	A1
	Anexo VIII - Transferências e subsídios - Despesa	NCP26	A1
3.6	Dividas a terceiros por antiguidade de saldos	NT 1/2017	A1
3.7	Encargos contratuais	NT 1/2017	A1
4	Documentos Genéricos		
4.1	Relação Nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato		A4
4.2	Responsáveis pelas demonstrações financeiras e orçamentais		A4
4.3	Ata da reunião de apreciação e aprovação das contas pelo órgão competente		A4
4.4	Certificação Legal de Contas		A4
4.5	Reconciliações bancárias		A4
5	Outros Documentos LCPA		
5.1	Declaração de compromissos plurianuais		
5.2	Declaração de recebimentos e pagamentos em atraso		


 E.P.




1. RECONCILIAÇÃO PARA BALANÇO DE ABERTURA SNC - AP

As primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas de acordo com o SNC-AP, devem incluir uma informação comparativa com o ano anterior sem necessidade de reexpressar a mesma de acordo com as NCP relevantes.

A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, do SNC-AP, requer um conjunto de divulgações a efetuar no ano da transição, sendo que o ano de 2020 constitui o primeiro período de relato em que o Município aplica o SNC-AP, deve ser feita a seguinte divulgação:

- a) Forma como a transição dos normativos anteriores para o SNC-AP afetou a posição financeira e o desempenho financeiro relatados;
- b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido de acordo com o SNC-AP, entre a data de transição para o SNC-AP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores;
- c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado de acordo com o SNC-AP relativo ao mesmo período;
- d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP (divulgações que, de acordo com o ponto 9 do modelo de notas previsto na NCP 1, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para o SNC-AP);
- e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável);
- f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP são (ou não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas;
- g) Esta informação não precisa de ser divulgada em períodos posteriores.

As entidades públicas sujeitas ao SNC-AP, mesmo aquelas que já dispõem de contabilidade patrimonial em regime de acréscimo, têm de preparar um balanço de abertura relativo ao primeiro exercício da sua aplicação, implicando um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com os anteriores normativos de contabilidade pública.

Tais reconciliações e ajustamentos estão evidenciados no seguinte quadro:

↓
E.P.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]